



Sangue indígena

A verdade incômoda por trás
do frango exportado para a Europa

 earthsight

CONTEÚDO

INTRODUÇÃO	3
1. O PANORAMA DA VIOLÊNCIA	4
2. A LUTA PELA TAKUARA	8
3. O ASSASSINATO DE MARCOS VERON	11
4. UM POVO NO LIMBO	13
5. CONHEÇA A FAMÍLIA JACINTHO	14
6. SEGREDOS DA SOJA	16
7. PENTE FINO NO AGRONEGÓCIO	22
8. LETRA MORTA	26
9. O RETORNO DOS GUARDIÕES	30
RESPOSTAS DAS EMPRESAS (EM INGLÊS)	32
REFERÊNCIAS	42

AGRADECIMENTOS

A Earthsight agradece ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Instituto Socioambiental (ISA), Valdelice Veron, Eliel Benites, Erileide Domingues, Tonico Benites, Tito Vilhalva, Maristela Aquino, Rosely Stefanos, Jorge Eremites de Oliveira, Levi Marques Pereira, Marco Antonio Delfino de Almeida, Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, Aline Crespe, José Carlos Pacheco, Jeferson Pereira, e as demais organizações e indivíduos que apoiaram a nossa pesquisa. A Earthsight gostaria de agradecer especialmente à equipe do De Olho nos Ruralistas pela parceria na pesquisa para este relatório.

Este relatório foi produzido com a assistência financeira do UK Foreign, Commonwealth and Development Office (FCDO) e a Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (Norad), juntamente com outros financiadores.

O conteúdo desta publicação é de responsabilidade exclusiva da Earthsight e não pode, em qualquer forma, ser interpretada como um reflexo das opiniões dos indivíduos ou organizações mencionadas acima ou dos nossos financiadores.

PESQUISA: Earthsight / De Olho nos Ruralistas

VISUALIZAÇÃO DE DADOS E DESIGN GRÁFICO: @FlavitoReis

ILUSTRAÇÃO NA CAPA: © Matt Hall

DESIGN GRÁFICO: www.designsolutions.me.uk

Maio de 2022

EarthSight

A Earthsight é uma organização sem fins lucrativos comprometida a utilizar o poder da pesquisa investigativa primária para chamar a atenção a importantes questões de direitos humanos e justiça ambiental. Buscamos ir ao cerne de uma questão, usando uma variedade de métodos investigativos para obter, em primeira mão, provas documentadas de crimes contra pessoas e o planeta que são irrefutáveis e impossíveis de ignorar. Ao rastrear o dinheiro e cadeias de suprimentos, nossa pesquisa também visa expor a cumplicidade de consumidores e financiadores nesses abusos.

email: info@earthsight.org.uk

www.earthsight.org.uk

 @earthsight

Preocupado com a sua privacidade? Baixe o aplicativo Signal gratuitamente em seu telefone e envie-nos uma mensagem de forma segura para este número: +447391875237

Cruz na Takuarã marcando o túmulo do líder Kaiowá Marcos Veron. Caminhões agrícolas podem ser vistos ao fundo

© EarthSight / De Olho nos Ruralistas



INTRODUÇÃO

Esta é uma história que envolve festas de aniversário em mansões lotadas de celebridades. Mas também um assassinato brutal.

Revela um dos empresários cujas ações ajudam a ilustrar capítulos da catástrofe socioambiental que vem varrendo o Brasil nas últimas décadas. Eles enriqueceram com a destruição de vastas áreas de florestas, arruinando a vida das pessoas que delas dependem. Também apresenta um dos mais importantes defensores dos direitos indígenas no país, e a luta e esperança de sua família e comunidade contra todas as probabilidades.

É uma história chocante e que exige justiça no Brasil e ação imediata das empresas às quais está vinculada. Mas é mais do que isso. Há uma infinidade de casos semelhantes que permanecem ocultos. Essa história, portanto, traz lições muito mais amplas, tanto para o Brasil quanto para o mundo.

Ela expõe os vínculos obscuros e complexos que envolvem vários países e mercadorias, caracterizados pela conexão entre dinheiro, corrupção, apropriação de terras e destruição ambiental na América Latina. E mostra que, mesmo quando a floresta desaparece, a história está longe de terminar – assim como as responsabilidades dos consumidores.

Alguns países estão começando a reconhecer essas responsabilidades. No entanto, ainda há lacunas nos projetos legislativos que estão em discussão na Europa e nos EUA para interromper a compra de produtos contaminados por desmatamento e violações de direitos humanos. E não há garantia de que todas elas serão preenchidas.

**ESTA É UMA
HISTÓRIA CHOCANTE
QUE EXIGE JUSTIÇA
NO BRASIL E AÇÃO
DAS MARCAS
OCIDENTAIS ÀS
QUAIS ESTÁ
VINCULADA. ELA
DETÉM LIÇÕES PARA
O BRASIL E O
MUNDO**



1. O PANORAMA DA VIOLÊNCIA

O RECONHECIDO LÍDER INDÍGENA MARCOS VERON FOI ESPANCADO ATÉ A MORTE DURANTE UM VIOLENTO ATAQUE CONTRA A SUA COMUNIDADE. TAIS ATAQUES SÃO COMUNS EM COMUNIDADES GUARANI KAIOWÁ

Na madrugada, o silêncio pacífico dominava o acampamento em que homens, mulheres e crianças Guarani Kaiowá descansavam após uma viagem memorável de volta àquelas terras.

Ifelizmente, essa paz não durou. Dezenas de homens armados invadiram o acampamento, determinados a aterrorizar e expulsar os indígenas. O líder Kaiowá Marcos Veron foi espancado e assassinado.

Esses ataques chocantes ocorreram na Takuara, a terra sagrada onde gerações de Guarani Kaiowá viveram em harmonia com a natureza.

Mas eles já não são bem-vindos. Esta investigação da Earthsight em parceria com De Olho nos Ruralistas mostra que a Takuara é hoje uma lucrativa fazenda de soja, ligada a empresas e supermercados usados por consumidores desavisados em vários países da Europa.

Valdelice Veron enumera os membros de sua família mortos durante a luta de décadas por suas terras ancestrais. É uma longa lista. Entre eles está seu pai, ainda lembrado por sua coragem e carisma. Embora tenha se inspirado nele, Valdelice tornou-se uma importante liderança Guarani Kaiowá por mérito próprio.¹ "Toda vez que eles matarem um Veron, 10.000 Verons se

levantarão, diz ela. Valdelice defende com firmeza que sua comunidade não vai desistir do seu sonho.

"Muitos massacres aconteceram para que estejamos aqui hoje. Nós estamos aqui porque esse é o nosso território sagrado, e é onde temos a nossa história e a nossa memória. É o nosso Tekohá e nós não esquecemos disso."

Embora a invasão de territórios indígenas na Amazônia tenha recebido bastante atenção recentemente, o estado brasileiro de Mato Grosso do Sul tem uma longa história de violações flagrantes de direitos indígenas,





Indígenas Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul velando o corpo de um membro da comunidade morto por um fazendeiro

© Ricardo Funari / Alamy

MATO GROSSO DO SUL LIDERA O RANKING NACIONAL DE ASSASSINATOS DE INDÍGENAS, BEM COMO DE SUICÍDIOS E OUTRAS MAZELAS SOCIAIS ENTRE COMUNIDADES INDÍGENAS

principalmente contra o povo Guarani Kaiowá. Especialistas entrevistados por nossa equipe não tiveram receio de usar os termos genocídio e extermínio para descrever essa realidade.²

Mato Grosso do Sul lidera o ranking nacional de assassinatos de indígenas, bem como o de suicídios e de outras mazelas sociais entre comunidades

indígenas por conta de níveis extremos de privação e violência.³

O estado está localizado na região centro-oeste do Brasil. A maior parte de seu território está inserida no bioma Cerrado, embora seu noroeste seja dominado pelas terras pantanosas do Pantanal e sua ponta sudeste pelo pouco que resta da Mata Atlântica.⁴

É neste estado que os Guarani Kaiowá viveram por milênios em inúmeras comunidades e em paz com o meio ambiente, sem poluir seus rios ou destruir suas florestas – situação que mudaria radicalmente após sua expulsão da terra.⁵ Uma dessas comunidades foi Takuara, localizada no município de Juti.



Foto: UESLEI MARCELINO REUTERS/ Alamy Stock Photo

**COMUNIDADES
INDÍGENAS DO MATO
GROSSO DO SUL FORAM
REMOVIDAS À FORÇA
DE SUAS TERRAS
ANCESTRAIS E
CONFINADAS A
'RESERVAS' PARA DAR
LUGAR À EXPANSÃO DO
AGRONEGÓCIO**

Colonos brancos vinham mantendo contato com indígenas no Mato Grosso do Sul há séculos.⁶ No entanto, somente após a Guerra do Paraguai e com o Tratado da Tríplice Aliança (1864-1870)⁷ foi iniciado um intenso período de expansão econômica na região. Esse período acabaria culminando no deslocamento em larga escala dos Guarani Kaiowá e de outros povos indígenas no Mato Grosso do Sul, como demonstra a história de Takuara.

Após a guerra, o governo brasileiro concedeu milhões de hectares na região em concessões à Companhia Matte Larangeira para o cultivo de erva-mate, planta usada para fazer chá.⁸

O apogeu da Matte Larangeira no final do século 19 e início do século 20 coincidiu com os primeiros esforços do Estado brasileiro visando "pacificar" as relações entre indígenas e colonos brancos. Em 1910, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Ao contrário do que o próprio nome sugere, o SPI implementou a política oficial do Estado de retirar à força as comunidades indígenas de suas terras ancestrais e confiná-las a "reservas" para abrir caminho para a expansão do agronegócio.^{9,10}

As autoridades brasileiras viram as comunidades indígenas como um impedimento ao progresso. Mais do que isso, sua presença foi deliberadamente ignorada. O antropólogo Levi Marques Pereira, que há décadas estuda a história indígena do Mato Grosso do Sul, disse aos nossos pesquisadores que "o estado via o território como desocupado. As comunidades indígenas foram desconsideradas".

As remoções eram muitas vezes violentas, com relatos de crianças se afogando enquanto tentavam fugir, mulheres sendo estupradas, homens espancados e casas incendiadas. Aqueles que resistiram ou fugiram das reservas para retornar às suas terras foram rotulados de "selvagens" e mortos ou enviados para "reformatórios".¹¹

A vida dentro das reservas era sombria. O SPI nomeou os chamados "capitães" entre os indígenas para manter a ordem. As comunidades não eram autorizadas a realizar orações ou rituais tradicionais sem sua permissão. Espancamentos, torturas e restrições à movimentação eram comuns.¹² "Em grande medida, a reserva é muito parecida com um campo de concentração," disse Pereira.



Mato Grosso do Sul representa apenas 5% dos casos de invasões ilegais de terras indígenas no país, devido à falta de demarcação dessas terras em comparação com outros estados

Fonte: CIMI 2003-2020 relatórios anuais

Fonte: CIMI 2003-2020 relatórios anuais

A inércia do governo e um poderoso lobby do agronegócio ajudam a colocar o Mato Grosso do Sul entre os estados brasileiros com o maior número de conflitos em terras indígenas, representando 30% do total

Foi nesse contexto que os Guarani Kaiowá de Takuara se viram na mira de autoridades e empresários. Apesar da atuação da Matte Larangeira na região, os Guarani Kaiowá resistiram na Takuara até o início da década de 1950.

Com a erva-mate em declínio, devido a pressões políticas para a expansão do café e de outras culturas, a Matte Larangeira fez questão de vender suas terras, cada vez menos rentáveis.¹³ A empresa ofereceu inicialmente uma indenização aos Guarani Kaiowá pela saída de Takuara.¹⁴ Mas como eles se recusaram, em 1953 o SPI e forças policiais incendiaram suas casas e deslocaram violentamente a comunidade para a Reserva de Caarapó, localizada a vários quilômetros de distância.¹⁵ O episódio foi traumático. Os corpos de dois Kaiowá foram encontrados incinerados e uma criança se afogou enquanto era perseguida.

Com a comunidade fora de cena, Matte Larangeira vendeu seus 9.300 hectares de Takuara para o barão do café Geremia Lunardelli.¹⁶ Desde então, a vida dos Guarani Kaiowá e de outras comunidades indígenas do

Mato Grosso do Sul melhorou muito pouco. O SPI se foi há muito tempo¹⁷, mas com as comunidades ainda sem acesso às suas terras ancestrais, atualmente dominadas por grandes plantações e fazendas de gado, seu legado sombrio permanece vivo. Terríveis ataques contra comunidades perpetrados por milícias armadas e forças estatais – muitas vezes deixando para trás um rastro de morte, além de traumas físicos e psicológicos – continuaram.¹⁸

A historiadora Rosely Stefanés, da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, disse à Earthsight e ao De Olho nos Ruralistas que povos indígenas no Mato Grosso do Sul são tratados como "cachorros". "Sua humanidade é arrancada para que possam ser mortos. Esses assassinatos visam incutir medo nas comunidades."¹⁹

No entanto, Mato Grosso do Sul é também um lugar de esperança e resistência. Fora dessa cruel realidade, corajosos homens e mulheres indígenas sacrificaram muito, inclusive suas próprias vidas, para defender os direitos de seus povos.

COM AS TERRAS INDÍGENAS DOMINADAS POR GRANDES PLANTAÇÕES E FAZENDAS DE GADO, E COMUNIDADES AINDA SEM ACESSO ÀS SUAS TERRAS ANCESTRAIS, O LEGADO SOMBRIO DOS DESPEJOS CONTINUA VIVO



2. A LUTA PELA TAKUARA

"A JUSTIÇA PERMITE AO FAZENDEIRO FICAR, MAS NÃO AOS POVOS INDÍGENAS. NÓS TEMOS QUE ESPERAR DO LADO DE FORA. SEMPRE FOI DESSA FORMA."

TONICO BENITES,
LÍDER GUARANI KAIOWÁ

Marcos Veron, pai de Valdelice, teve uma infância difícil. De acordo com relatos, seus pais foram assassinados por um superintendente de fazenda antes que ele completasse dez anos. Ainda jovem, acabou em uma das reservas do SPI, onde teria sido submetido a trabalhos forçados.²⁰ Diz-se que Veron se tornou consciente do sofrimento de seu povo ainda bastante jovem, e seu ativismo ao longo da vida confirma isso.

Desde a década de 1960 ao início dos anos 2000, Veron foi um líder de prestígio nas lutas indígenas em Mato Grosso do Sul, adquirindo notoriedade nacional e internacional por sua poderosa oratória e convicção. O estado, no entanto, viu as coisas de forma diferente. Durante esse período, Veron foi preso duas vezes²¹ por apoiar comunidades que tentavam recuperar suas terras ancestrais do agronegócio.²²

O objetivo dessas incursões, conhecidas no Brasil como "retomadas"²³, era pressionar o governo federal a reconhecer oficialmente as terras agrícolas ilícitas como terras indígenas tradicionais. A lei brasileira fornece as bases legais para essa política, apesar de sucessivos governos não terem cumprido esse mandato.

As "retomadas" tiveram um elevado custo humano – com assassinatos e episódios de crueldade cometidos contra homens, mulheres e crianças indígenas – na medida em que a

repressão cresceu a partir da década de 1970. Segundo Valdelice, era comum policiais civis e militares atuarem ao lado de pistoleiros particulares contratados por fazendeiros para deter os indígenas retornados.²⁴

Depois de vários anos nas mãos da família Lunardelli, 'Takuara'²⁵ foi vendida em 1966 para o pecuarista Jacintho Honório da Silva Filho. Renomeada como Brasília do Sul em 1979, a fazenda de 9.300 hectares rapidamente se tornou um modelo de eficiência na região, chegando a ter 10.000 cabeças de gado na década de 1990. Na terra, que havia sido em boa parte mantida florestada sob proprietários anteriores, da Silva Filho inaugurou um período de intenso desmatamento para a criação de pastagens.

Os Guarani Kaiowá confinados na Reserva de Caarapó, naturalmente, nunca viram a cor do dinheiro que a Brasília do Sul estava lucrando em suas terras.²⁶ Em 1999, Marcos Veron e sua comunidade estavam exaustos com a situação. No início da noite de 27 de abril, eles entraram na fazenda Brasília do Sul pelo canto noroeste e acamparam em uma área de pouco menos de 100 hectares. Proprietários da Brasília do Sul imediatamente entraram com ação judicial para reintegração de posse da área. A família argumentou que a fazenda havia sido comprada legalmente em 1966 e tinha todos os títulos de propriedade e registro necessários.



A placa de entrada para a Brasília do Sul traz o nome do barão do gado Jacintho Honório da Silva Filho, que comprou a fazenda em 1966

© Earthsight / De Olho nos Ruralistas

TENTATIVAS DOS KAIOWÁ DE RECUPERAR O ACESSO À TAKUARA SE DEPARARAM COM REPRESSÃO VIOLENTA E USO DA JUSTIÇA PELOS PROPRIETÁRIOS DA BRASÍLIA DO SUL

Uma juíza local em Caarapó agiu rapidamente, em uma demonstração de eficiência judicial raramente vista no país. Em 29 de abril, ela emitiu uma ordem de despejo contra os Kaiowá e solicitou à Polícia Federal que coordenasse a operação.²⁷ No entanto, a comunidade resistiu com sucesso à sua remoção.

Nos meses seguintes, a Funai – órgão federal que substituiu o SPI e que tem a função de proteger os direitos indígenas – travou uma intensa batalha judicial pelo direito dos Kaiowá de ocupar suas terras ancestrais. Enquanto isso, a comunidade permaneceu no local e começou a cultivar vegetais e a construir casas de oração.

Advogados da Brasília do Sul apresentaram levantamentos fundiários realizados nas décadas de 1920 e 1950²⁸, alegando que nunca houve evidência de uma presença indígena na área. Para corroborar essas opiniões, a família contratou o antropólogo Hilário Rosa para visitar a fazenda em julho de 1999. Com base nessa visita, Rosa concluiu que nenhum indígena jamais havia morado na Takuara. Advogados de Rosa e da Brasília do Sul acusaram a Funai de ser controlada por "antropólogos revisionistas" que trabalhavam em nome de ONGs ideológicas e atores externos.²⁹

Os advogados da Funai alegaram que o juiz local em Caarapó não tinha autoridade para julgar uma questão federal que envolvia disputas de terras



Localização e limites da Takuara / Brasília do Sul
Desenho de @FlavitoReis

OS ADVOGADOS DA BRASÍLIA DO SUL E JUÍZES IGNORARAM OU REJEITARAM FORTES EVIDÊNCIAS DA PRESENÇA CENTENÁRIA DOS KAIOWÁ NA TAKUARA

indígenas.³⁰ O caso foi rapidamente transferido para um tribunal federal.

A Funai solicitou tempo para realizar um estudo da área com o objetivo de esclarecer se os Kaiowá haviam ocupado a região tradicionalmente. Antes mesmo que tal estudo pudesse ser concluído, a agência já conhecia a longa história dos Kaiowá na Takuara com base em um estudo de campo de 1983.³¹

Os advogados da Funai também argumentaram que o despejo dos Guaraní Kaiowá em 1953 foi flagrantemente ilegal e que representou um grande fracasso do SPI e do governo brasileiro em salvaguardar os direitos fundiários da comunidade, que eram protegidos por lei.³²

Os argumentos da Funai de nada serviram. Em setembro de 1999, um juiz federal solicitou às forças policiais

que coordenassem o despejo da comunidade da Brasília do Sul. Mas, novamente, a comunidade – agora somando em torno de 250 pessoas – resistiu.³³

Em uma análise preliminar divulgada em janeiro de 2001, a Funai concluiu que Takuara era de fato terra Kaiowá. Mas isso não importou. Em outubro, a comunidade foi despejada violentamente pelas forças policiais e pela segurança privada da Brasília do Sul por ordem da Justiça Federal.³⁴

Prenunciando coisas piores por vir, Marcos Veron e outros membros da comunidade foram alvejados e algemados, e suas casas foram destruídas.³⁵

"Quando você ouve que vai haver um despejo em terras indígenas no Mato Grosso do Sul, você pode concluir que o juiz assinou a nossa sentença de morte", diz Valdelice. "Quando não somos pegos por pistoleiros, somos pegos pelos juízes".

Ela se lembra vividamente das palavras de Marcos Veron para ela naquele dia angustiante: "Nós vamos nos render agora, mas vamos voltar e não vamos sair mais. Eu não vou sair mais". De uma forma trágica, ele estava certo.



Vista aérea da Takuara, Mato Grosso do Sul

© Earthsight / De Olho nos Ruralistas



Valdelice Veron na Takuara

© Earthsight / De Olho nos Ruralistas

3. O ASSASSINATO DE MARCOS VERON

Naquele domingo de janeiro de 2003, Valdelice estava relutante em partir. A comunidade havia retornado a Takuara no dia anterior, depois de mais de um ano acampando em condições difíceis à beira de uma estrada. Sentada em um tronco com o pai, ela pediu que ele a deixasse ficar. Mas ele foi inflexível. Valdelice foi incumbida de notificar o Ministério Público Federal de uma cidade próxima que os Kaiowá haviam retornado às suas terras.

"Senti que era o meu último momento com ele", conta. Ela saiu à tarde. Por volta das 3h da madrugada de segunda-feira, enquanto o resto da comunidade descansava ao redor de uma fogueira ou em barracas, carros se aproximaram.³⁶ Na chegada, cerca de 30 a 40 homens armados saltaram e começaram a atirar. Membros da comunidade tentaram fugir, mas tudo aconteceu rapidamente.

Marcos Veron foi arrastado para fora de sua barraca, chutado diversas vezes e golpeado a coronhadas com um rifle enquanto estava caído no chão. Outros indígenas também foram espancados. Uma das filhas de Veron, Geisabel, foi arrastada pelos cabelos e espancada. Ela estava grávida de sete meses. Sete pessoas, incluindo Veron e seu filho Ládio, foram jogadas em uma caminhonete Silverado vermelha e tiveram as mãos amarradas. Veron estava quase inconsciente. Depois de vários minutos de carro, eles foram jogados ao lado de uma estrada e

torturados. Ládio foi ameaçado de ser queimado vivo. Assim que os agressores foram embora, Veron foi levado para um hospital, onde chegou sem vida.³⁷ Ele tinha 73 anos. Ao ouvir a notícia, Valdelice correu para o hospital apenas para encontrar seu pai em um estado irreconhecível.

O assassinato de Veron teve repercussão não só no Brasil. Foi relatado na grande imprensa, inclusive no Reino Unido.³⁸ O governo de Tony Blair enviou condolências. Segundo Valdelice, seu corpo foi levado em procissão para Takuara por cerca de 10 mil indígenas de várias etnias do Brasil³⁹, tamanha era a reputação de Marcos Veron. Até hoje, todos os anos os Kaiowá se reúnem em 13 de janeiro em volta de seu túmulo na Takuara para celebrar seu legado.

O que se seguiu foi uma batalha legal tentando levar os responsáveis à justiça, que se estendeu por mais de 15 anos e que ainda não foi concluída. Ao todo, 27 pessoas foram indiciadas. Em 2010, procuradores federais acusaram Jacintho Honório da Silva Filho – o homem que supervisionou a destruição das florestas de Takuara para o gado – apontando-o como o mentor e financiador do ataque. Em 2009, o processo contra alguns dos réus foi transferido para São Paulo por preocupações com a influência política dos agricultores no Mato Grosso do Sul. O processo contra Da Silva Filho e vários outros, porém, permaneceu no estado.⁴⁰

"EU OLHEI PARA ELE, ESTAVA COBERTO DE SANGUE. SEQUER PARECIA ELE. EU NÃO QUERIA ACREDITAR. SAÍ E GRITEI COM MEUS IRMÃOS INDÍGENAS."

VALDELICE VERON,
LÍDER GUARANI KAIOWÁ E FILHA DE
MARCOS VERON

Em 2011, três ex-funcionários da Brasília do Sul foram condenados a mais de 12 anos de prisão por sequestro, tortura, lesão corporal, formação de quadrilha e fraude processual.^{41, 42, 43}

Antonio Batista Rodrigues, o 'Rodrighinho', ex-policia militar visto pela promotoria como uma peça-chave no caso, foi capturado no Paraguai em 2019 com mandado de prisão internacional e extraditado para o Brasil no ano seguinte.⁴⁴ Rodrighinho foi acusado pela promotoria de contratar pistoleiros e fornecer armas de fogo para o ataque contra a comunidade. Na época de sua captura, ele teria 14 mandados de prisão contra ele por sequestro, homicídio, tentativa de homicídio e organização criminosa.⁴⁵

Em anos anteriores, os advogados de Rodrighinho recorreram desses mandados em três tribunais diferentes. Todos negaram o pedido, inclusive o STF em 2016. Juízes apontaram Rodrighinho como foragido da justiça desde 2003, quando foi expedido o primeiro mandado de prisão contra ele, por seu papel de destaque no ataque e por acusações anteriores contra ele por assassinato no estado de Roraima.⁴⁶

Ainda assim, de acordo com informações fornecidas à Earthsight pelo tribunal que acompanha o caso, Rodrighinho foi libertado provisoriamente em março de 2020 com a obrigatoriedade de usar tornozeleira por dois anos. Em março de 2022, o dispositivo foi removido. Rodrighinho ainda aguarda julgamento.⁴⁷ Não foi possível determinar seu paradeiro atual.

O procurador federal Marco Antonio Delfino de Almeida, que trabalhou no caso e conversou com nossa equipe para esta reportagem, critica a soltura de Rodrighinho: "Alegaram que ele não representava risco. Isso é um absurdo. Ele era foragido da justiça, o juiz o soltou".

Até hoje, ninguém foi condenado pelo assassinato de Marcos Veron.

Jacinto Honório da Silva Filho foi indiciado por homicídio, tentativa de homicídio, tortura, sequestro, formação de quadrilha e graves ameaças.⁴⁸ Ele nunca foi julgado.

Em 2017, um juiz federal decidiu que as acusações de 2010 feitas contra Da Silva Filho estavam prescritas em função do tempo decorrido desde os crimes e da idade avançada do acusado. A investigação sobre seu papel na interferência a testemunhas e falsificação de provas para favorecer os três réus condenados em 2011 nunca o levou a uma condenação.^{49, 50}

Com a morte de Da Silva Filho em 2019 aos 102 anos, a maioria acredita que todo o caso está essencialmente encerrado. "Se Rodrighinho tivesse permanecido na cadeia, talvez o caso tivesse movido mais rapidamente. Essa esperança se foi", lamenta Delfino.

Valdelice queixa-se do resultado: "Não houve justiça, porque os que mataram e os mandantes nunca foram presos. Jacinto Honório morreu de velhice, tranquilo".

**NINGUÉM JAMAIS FOI
CONDENADO PELO
ASSASSINATO DE
MARCOS VERON EM
UM CASO CLARO DE
IMPUNIDADE DE
PODEROSOS ATORES
DO AGRONEGÓCIO**



Liderança Guarani Kaiowá Marcos Veron discursa para membros da comunidade indígena

© Ricardo Funari



4. UM POVO NO LIMBO

Mulheres e crianças Guarani Kaiowá buscam alimentos e outros objetos em um depósito de lixo no Mato Grosso do Sul

© Earthsight / De Olho nos Ruralistas

Após o assassinato de Marcos Veron, o processo de demarcação de Takuara como terra Guarani Kaiowá ganhou força. A Funai concluiu seu estudo em 2005, eliminando quaisquer dúvidas sobre a presença ancestral da comunidade naquela terra.⁵¹

Levi Marques Pereira, o antropólogo que liderou o estudo da Funai, não tem dúvidas de que o SPI cometeu um ato ilegal ao expulsar à força os Kaiowá, e de que o então estado de Mato Grosso vendeu a terra pela primeira vez a um proprietário privado na década de 1920 sem verificar a presença de uma comunidade indígena na área.⁵²

Satisfeito com o peso das provas, em junho de 2010 o Ministério da Justiça emitiu uma declaração reconhecendo os direitos dos Guarani Kaiowá sobre a área ocupada por Brasília do Sul.⁵³ No entanto, duas semanas depois, a Ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia suspendeu o processo de demarcação após uma ação dos proprietários da fazenda.^{54, 55}

Lúcia fez alusão a decisões judiciais anteriores em casos semelhantes que favoreceram os agricultores com base em um conceito conhecido como marco temporal. A Justiça parece ter aceitado a visão comumente sustentada por alguns juízes – e enfaticamente defendida pelo lobby do agronegócio – de que se uma comunidade indígena não estava de posse de suas terras em 1988, quando a Constituição entrou em vigor, não tinha reivindicações legítimas sobre elas. Essa visão tem sido fortemente rejeitada por comunidades indígenas e por defensores de direitos de populações originárias, sendo classificada como inconstitucional. Motivados pela extrema pobreza e desilusionados por um processo de

demarcação paralizado, em janeiro de 2016, os Guarani Kaiowá ampliaram a área que ocupavam na Takuara – cerca de 300 hectares – para mais de 1.500 hectares.^{56, 57} As tensões aumentaram novamente. Em fevereiro daquele ano, a comunidade enfrentou seis noites consecutivas de ataques armados "com um cerco constante de pistoleiros sobre a comunidade".⁵⁸ No mês seguinte, um juiz federal ordenou a remoção da comunidade. No entanto, desde então, tanto o Supremo Tribunal Federal – por duas vezes – quanto a Procuradoria Geral da República decidiram contra o despejo dos Kaiowá devido ao potencial de mais derramamento de sangue.⁵⁹

A partir desse momento, a comunidade encontra-se em um limbo legal. Dezenas de famílias vivem atualmente em condições precárias em um recanto da Brasília do Sul. Alguns tentam ganhar a vida em empregos informais em plantações.⁶⁰

O status final de Takuara ainda aguarda por uma resolução. Nenhuma das decisões judiciais emitidas ao longo dos anos tem caráter definitivo. O destino da comunidade depende do governo federal cumprir seu mandato constitucional e conceder aos Kaiowá direitos exclusivos sobre suas terras ancestrais.

Valdelice aponta para a precariedade duradoura da situação de sua comunidade, quase 20 anos após o sacrifício de seu pai e um processo de demarcação parado. "Não podemos recolher raízes ou plantas medicinais. A família Jacintho diz que esta é a terra privada deles", comenta.⁶¹ Para entender como chegou a este ponto, precisamos examinar mais profundamente a interação de poder, riqueza, política, raça e justiça em um dos maiores produtores e exportadores de commodities do mundo.

APESAR DE ANOS DE RECONHECIMENTO OFICIAL DO SEU STATUS COMO TERRA INDÍGENA, TAKUARA AINDA AGUARDA DEMARCAÇÃO



5. CONHEÇA A FAMÍLIA JACINTHO

JACINTHO HONÓRIO DA SILVA FILHO TEM UM LUGAR ESPECIAL NA HISTÓRIA DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO COMO UMA FIGURA QUE AJUDOU A REVOLUCIONAR A PECUÁRIA NO PAÍS

Que comemoração memorável. "Alegria e sofisticação", foi o título da matéria de uma revista paulistana.⁶² Designers de interiores, chefs e uma banda ao vivo foram trazidos para proporcionar uma experiência inesquecível aos 800 convidados black-tie que lotaram a luxuosa mansão no bairro exclusivo do Jardim Paulistano, em São Paulo. Entre eles, estavam notáveis representantes da alta sociedade brasileira, incluindo um membro da família Rothschild, um ex-ministro da Justiça, uma modelo da Victoria's Secret e muitos outros. Um dos artistas mais icônicos do Brasil, o vencedor do Grammy, Gilberto Gil, até escreveu uma música para marcar o evento.⁶³

A ocasião exigia tal festa. Jacintho Honório da Silva Filho comemorava 100 anos. O centenário tem um lugar especial na história do agronegócio brasileiro. No início dos anos 1960, ele fez parte de um pequeno grupo de pioneiros que viajou para a Índia em busca de uma raça de gado que pudesse prosperar no clima tropical do Brasil e resistir a seus implacáveis parasitas.⁶⁴ Eles trouxeram de volta o Nelore, a raça que viria a revolucionar a pecuária brasileira e ajudaria a transformar o país não apenas na potência da carne bovina que é hoje, mas também na maior área de desmatamento tropical em todo o mundo.⁶⁵

Descendente de latifundiários que remontam aos tempos do Império⁶⁶, Da Silva Filho já era um pecuarista estabelecido no estado de São Paulo

quando comprou Brasília do Sul em 1966.⁶⁷ Ainda assim, a nova fazenda rapidamente se tornou central para a riqueza da família. No final dos anos 2000, Brasília do Sul abandonou seu rebanho bovino e entrou no lucrativo negócio da soja.⁶⁸ Em 2012, a área total da fazenda foi oficialmente ampliada de seus 9.300 hectares originais para 9.700 hectares a pedido da família Jacintho às autoridades federais.⁶⁹

Antes disso, no início dos anos 1990, Da Silva Filho havia transferido a propriedade da Brasília do Sul para seus filhos já adultos.⁷⁰

Provou-se impossível para a Earthsight e seus parceiros a adequada avaliação da verdadeira escala de todas as propriedades e riqueza da família. O que sabemos é que os negócios da família incluem mais de uma dezena de fazendas no Mato Grosso do Sul e estados vizinhos, totalizando pelo menos 50 mil hectares.⁷¹ Alguns negócios foram multados e embargados pelas autoridades federais por desmatamento ilegal no bioma Pantanal.⁷² Mas são suas fazendas do outro lado da fronteira no Paraguai que atraem mais atenção.

Em 2020, o *Grand Theft Chaco* da Earthsight revelou que a empresa de pecuária Yaguareté Porã tinha uma longa história de comércio ilegal de terras e desenvolvimento de pastagens dentro do PNCAT, as terras ancestrais dos Ayoreo Totobiegosode no Chaco do Paraguai.⁷³ O território, protegido por



Imagem do clip da música 'Jacintho' de Gilberto Gil. O clip usa fotos de família para traçar a vida do barão do gado Jacintho Honório da Silva Filho

Fonte: Gilberto Gil / YouTube

ALÉM DO BRASIL, A INFLUENTE FAMÍLIA JACINTHO DETÉM INÚMERAS PROPRIEDADES NO PARAGUAI, ONDE TAMBÉM FOI VINCULADA À VIOLAÇÕES DE DIREITOS INDÍGENAS E DESMATAMENTO ILEGAL

várias determinações governamentais desde a década de 1990, abriga alguns dos últimos povos isolados das Américas fora da Amazônia.

A Yaguareté Porã é propriedade de Marcelo Bastos Ferraz, que é casado com uma das filhas de Da Silva Filho. De todas as fazendas pesquisadas pela Earthsight, o comportamento escandaloso de Yaguareté se destacou. No início dos anos 2000, a empresa abriu estradas no coração do PNCAT, cortando locais históricos dos Ayoreo, e depois usou sua influência política para adquirir uma licença para desmatar a floresta ao redor. A Yaguareté foi posteriormente multada por ocultar informações sobre grupos isolados em seu pedido de licenças ambientais e, em meados de 2010, desmatou milhares de hectares adicionais no PNCAT.⁷⁴

Em 2014, Bastos Ferraz se reuniu com uma delegação Ayoreo Totobiegosode e teria supostamente rejeitado os apelos para parar de destruir suas terras ancestrais.^{75, 76}

Outros membros da família também se aventuraram nas terras Ayoreo Totobiegosode. Gino de Biasi Neto, marido de outra filha de Da Silva Filho, é dono de duas fazendas no PNCAT chamadas River Plate e BBC, que são acusadas de desmatar milhares de hectares de florestas habitadas pelos Ayoreo, inclusive nos últimos dois anos.⁷⁷

De volta ao Brasil, a família tem ligações estreitas com governadores, ministros,

parlamentares e até presidentes.⁷⁸ O apoio da família aos políticos de direita é conhecido há vários anos.⁷⁹ Em 2018, desempenhou papel na eleição de Jair Bolsonaro para a presidência.⁸⁰ Já em abril de 2021, Vanda Moraes Jacintho, viúva de Da Silva Filho, se reuniu com Bolsonaro – conhecido por suas políticas anti-indígenas – em reuniões com empresários.⁸¹

A família Jacintho não respondeu aos repetidos pedidos de comentários da Earthsight.

Os Jacintho não são os únicos a lucrar com Takuara. Quem faz negócios com Brasília do Sul está tirando sua parte, conscientemente ou não, de uma terra marcada pela crueldade e injustiça. Pior ainda, consumidores desavisados a milhares de quilômetros de distância podem estar contribuindo com a situação de um povo porque uma cadeia de exportadores, importadores, fabricantes, atacadistas e varejistas não se preocupou em verificar as ligações entre seus produtos e esse desastre ou os ignorou prontamente.



Vista aérea da Brasília do Sul

© Earthsight / De Olho nos Ruralistas



6. SEGREDOS DA SOJA

**"É COMO SE A SOJA
VIESSE DO NADA. NÃO
HÁ NADA QUE A
IDENTIFIQUE, ENTÃO O
CONSUMIDOR NÃO
CONSEGUE VER QUE
ELA VEM DE TERRAS
INDÍGENAS."**

TONICO BENITES,
LÍDER GUARANI KAIOWÁ

Superficialmente, o frango brasileiro pode parecer uma aposta segura. As estimativas indicam que seu risco de desmatamento é 1.000 vezes menor do que o da carne bovina brasileira, pois a maior parte da ração é proveniente de áreas de baixo desmatamento nas regiões sul do Brasil.⁸² No entanto, como este relatório mostra, essas regiões enfrentam seus próprios desafios relacionados a violações, abuso de poder e falhas governamentais. Os consumidores não se preocupam apenas com as florestas. Certamente também estariam interessados em saber se o frango que compram no supermercado ou no KFC do bairro – ou a ração que alimenta seus cães e gatos – tem alguma ligação com assassinatos e impunidade no exterior.

Nossa equipe descobriu que a soja da e Brasília do Sul é comprada e processada por alguns dos mais importantes comerciantes de grãos do mundo além de duas das maiores cooperativas do Brasil.⁸³

Uma delas é a Lar Cooperativa Agroindustrial, o quarto maior abatedouro de frangos do Brasil. Com mais de 11 mil associados e 22 mil funcionários nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, a Lar compra quase um quinto de toda a soja produzida no Mato Grosso do Sul.⁸⁴ Com depósitos de grãos e um complexo de processamento de soja em Caarapó, município próximo a Brasília do Sul, a Lar utiliza a soja para produzir ração animal para seus próprios associados,

que criam aves, suínos e gado leiteiro. Fontes ouvidas pela Earthsight na região confirmaram que a unidade da Lar em Caarapó recebe soja da Brasília do Sul.

Criando mais de 1,1 milhão de aves, a avicultura responde por um terço da receita anual da Lar, que totaliza cerca de US\$ 1,9 bilhão. Em Caarapó, a cooperativa tem capacidade de moagem de 1.500 toneladas de soja por dia.⁸⁵ A Lar, que exporta frango para mais de 80 países, espera dobrar sua produção de frango até 2024. Para acompanhar a expansão da pecuária, a Lar investiu milhões de dólares no aumento da capacidade produção de ração por meio da aquisição de fábricas de ração e construção de novas fábricas.⁸⁶ Na realidade, de acordo com a cooperativa, sua unidade de processamento de soja em Caarapó faz parte de um "planejamento estratégico focado para expansão da produção de carnes no Paraná e recepção de grãos em Mato Grosso do Sul".⁸⁷

Desde 2020, o Brasil é o maior exportador mundial de carne de frango e o segundo maior produtor.⁸⁸ O estado do Paraná, onde a Lar está sediada, é o principal produtor do país, respondendo por um terço do total.⁸⁹ Produção e exportações brasileiras de frango bateram recordes⁹⁰ nos últimos anos e espera-se que continuem aumentando em um futuro próximo.⁹¹ Em setembro de 2021, foi anunciado que o Brasil estava em negociações para aumentar as cotas de exportação para o Reino Unido em cerca de um terço.⁹² As



Plantação de soja

© Pond5

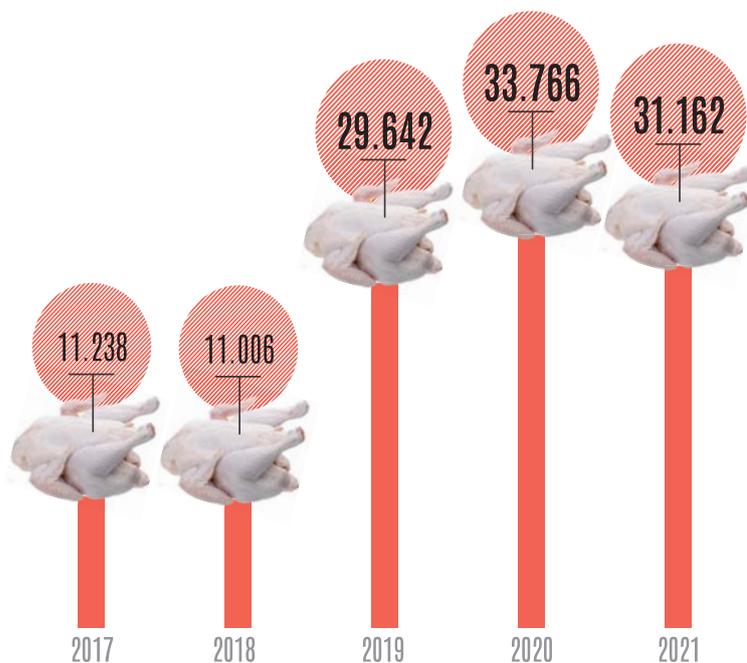
WESTBRIDGE FOODS, NO REINO UNIDO, E PAULSEN FOOD, NA ALEMANHA, IMPORTAM GRANDES QUANTIDADES DE PRODUTOS DE FRANGO LIGADOS À SOJA DA BRASÍLIA DO SUL

importações britânicas de frango brasileiro fresco, resfriado e congelado já aumentaram 70% nos últimos cinco anos.⁹³ Em janeiro de 2022, a União Europeia (UE) aumentou suas importações de carne de frango brasileira em 53,5% em relação ao mesmo mês do ano passado.⁹⁴

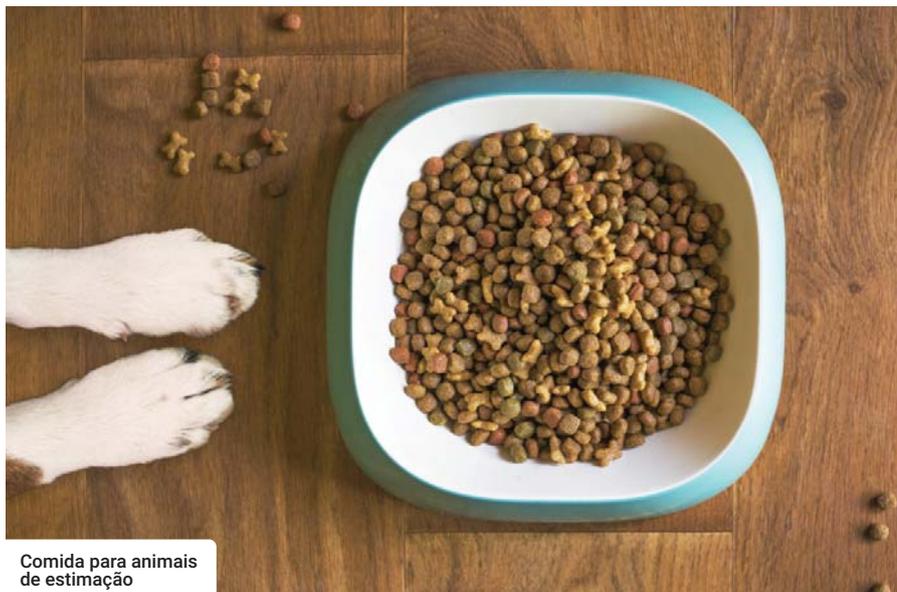
Vasculhando dezenas de milhares de linhas de registros de remessas que obtivemos, a Earthsight conseguiu rastrear como, entre 2017 e 2021, a Lar exportou mais de 115.000 toneladas de produtos de frango congelados e marinados para a UE e o Reino Unido, mais do que dobrando as exportações em 2021 em comparação com 2017. Os principais mercados da Lar na região são a Alemanha, responsável por 41 por cento das exportações, o Reino Unido (37 por cento) e Holanda (15 por cento).⁹⁵

O cliente mais importante da Lar no Reino Unido é a Westbridge Foods, uma grande fabricante e distribuidora de produtos à base de frango para alguns dos maiores varejistas e cadeias de restaurantes do país, incluindo Sainsbury's, Asda, Aldi, Iceland e KFC. Entre 2018 e 2021, a Westbridge importou mais de 37.000 toneladas de frango congelado e marinado da Lar, representando um terço de todas as exportações de frango da Lar para a UE e o Reino Unido no período.⁹⁶

A Westbridge afirma ser fornecedora de "todos os principais varejistas no Reino Unido", incluindo desde marcas de varejo premium a marcas de desconto, bem



	Lar exporta toneladas de frango congelado e marinado para a UE e o Reino Unido	TOTAL (TONELADAS)
		116.814



Comida para animais de estimação

FRANGO VENDIDO PELO KFC E GRANDES REDES DE SUPERMERCADO NO REINO UNIDO, ASSIM COMO PET FOOD ENCONTRADO NOS MAIORES VAREJISTAS DA ALEMANHA, ESTÃO CONTAMINADOS POR ROUBO DE TERRA INDÍGENA E ASSASSINATO

como restaurantes sofisticados, pubs gourmet e redes de restaurantes.⁹⁷ A Sainsbury's vende a marca Valley Foods da Westbridge, incluindo filés de frango e tiras de peito de frango. Nos últimos anos, a KFC concedeu vários prêmios de fornecedor à Westbridge, "um parceiro KFC de longa data cujo desejo de gerar um mundo KFC melhor continua crescendo e crescendo."⁹⁸

Westbridge, KFC e Iceland não responderam aos pedidos de comentários da Earthsight. A Aldi afirmou que o frango que eles compram da Westbridge não tem ligação com Brasília do Sul. A Asda disse que seu frango Westbridge não vem "deste continente" (provavelmente em referência à América do Sul). A Sainsbury's afirmou que o frango fornecido pela Westbridge e vendido como "marca própria" da Sainsbury não vem da Lar. Quando perguntada sobre a Valley Foods, a empresa respondeu que "como a Valley Foods é um produto de marca, você precisaria falar com o fabricante". Mas, como dito acima, Westbridge não respondeu às nossas perguntas.

Tanto a Sainsbury's quanto a Aldi acrescentaram que continuam investigando o assunto com a Westbridge. Asda, Aldi e Sainsbury's enfatizaram seus compromissos em respeitar os direitos humanos em todas as suas cadeias de fornecimento e adquirir soja sustentável (veja suas respostas completas em inglês nas páginas 32-41). Todos os três varejistas parecem contar apenas com as garantias fornecidas pela Westbridge sobre a origem de seu frango.

Quando solicitados a fornecer evidências para apoiar suas alegações de não ter vínculos com Lar ou Brasília do Sul, Aldi e Asda forneceram respostas quase idênticas e apontaram o uso da certificação Global Food Safety Initiative (GFSI) como prova de rastreabilidade.

Questionamos Aldi e Asda sobre a relevância do GFSI para esta investigação, mas nenhum deles respondeu. O GFSI é um programa de segurança alimentar e não foi projetado para monitorar violações de direitos indígenas.

Desde 2017, a Westbridge é propriedade da gigante alimentar tailandesa Charoen Pokphand Foods (CPF), que entrou em uma onda de aquisições na Europa naquele ano e comprou a empresa alemã Paulsen Food. Paulsen é um comprador ainda mais importante do frango da Lar, respondendo por quase metade das vendas do exportador brasileiro para a UE e Reino Unido.⁹⁹ Entre 2017 e 2021, as importações da Paulsen da Lar para a Alemanha aumentaram mais de 5 vezes.

Antes de ser adquirida pela CPF, a Paulsen pertencia ao grupo Heristo AG¹⁰⁰, que também possui os principais fabricantes de alimentos para animais de estimação, Saturn Petcare e Animonda Petcare. No período 2017-2021, a Paulsen comprou da Lar cerca de 14.000 toneladas de produtos de frango para a fabricação de rações animais, sendo este o único grande cliente deste tipo de produto na UE e no Reino Unido. As compras da Paulsen desse tipo de produto da Lar em 2021 foram 17 vezes maiores do que em 2017.

Através de sua correspondência com a Earthsight, as ligações da cadeia de suprimentos da Animonda e da Saturn com a Paulsen foram confirmadas.¹⁰¹

A Saturn Petcare vende alimentos para animais de estimação para alguns dos maiores varejistas da Alemanha, incluindo Aldi Nord, Aldi Süd, Lidl, dm-drogerie markt, Edeka, Netto Marken-Discount, Rewe Markt e Rossmann. Esses varejistas vendem produtos Saturn Petcare sob suas próprias marcas (veja a tabela).¹⁰² A Animonda, por outro lado, fornece sua própria marca de petfood para vários varejistas na Europa, incluindo Fressnapf e varejistas online Zooplus, Vetsend e Medpets.¹⁰³

APESAR DE NEGAREM IRREGULARIDADES, NENHUMA EMPRESA CONSEGUIU EXPLICAR COMO EVITA QUE AS SUAS CADEIAS DE SUPRIMENTO NÃO ESTEJAM CONTAMINADAS POR VIOLAÇÕES DE DIREITOS INDÍGENAS

A Onlinepets (dona da Vetsend e da Medpets) não respondeu aos pedidos de comentários da Earthsight. Edeka, Netto Marken-Discount, Lidl, Aldi Süd, Aldi Nord, dm-drogerie markt, Fressnapf, Rossmann, Zooplus, Saturn Petcare e Animonda enfatizaram seus esforços para monitorar e avaliar fornecedores com base, entre outras coisas, em critérios ambientais, sociais e de direitos humanos (veja suas respostas completas em inglês nas páginas 32-41).

Fressnapf, Rossmann e Saturn Petcare mencionaram sua adesão aos padrões de direitos humanos da Organização Internacional do Trabalho, enquanto Lidl, Netto Marken-Discount e Edeka destacaram códigos de conduta baseados na Accountability Framework Initiative. Animonda, Rossmann, Saturn Petcare e Zooplus disseram que encerrariam relacionamentos com fornecedores que estivessem ligados a violações de direitos indígenas. Fressnapf e Rossmann afirmaram que investigarão mais detalhadamente as questões destacadas neste relatório. Animonda, Saturn Petcare e Zooplus apontaram as certificações BRC e Smeta da Lar para indicar sua abordagem cuidadosa na seleção de fornecedores. Várias empresas também disseram que apoiam totalmente a implementação de regulamentações ambiciosas na UE para impedir que commodities relacionadas a abusos ambientais e de direitos humanos entrem no mercado comum.

Rewe Markt, Rossmann e Saturn Petcare afirmaram que a soja que a Lar compra da Brasília do Sul não é utilizada na produção de ração animal e, portanto, não está vinculada a seus produtos voltados para alimentação animal. Rossmann afirmou que, segundo a Lar, a soja utilizada na ração animal vem do Paraguai. A dm-drogerie markt disse que "não usa nenhuma matéria-prima originária da Brasília do Sul" para sua marca Dein Bestes.

As empresas não forneceram nenhuma evidência para fundamentar essas declarações, que parecem contradizer

as declarações públicas da Lar ligando sua unidade de processamento de soja em Caarapó à produção de carne. Suas respostas parecem indicar que estão confiando apenas nas garantias fornecidas pela Lar.

Nem a própria Lar nem a Paulsen responderam aos repetidos pedidos de comentários da Earthsight.

Nenhuma das empresas na Alemanha negou fazer negócios – direta ou indiretamente – com a Lar. Essas empresas não parecem ter encontrado motivo para preocupação em adquirir produtos de frango de um exportador com ligações claras a uma fazenda implicada na supressão violenta dos direitos indígenas. Com base em suas respostas a este relatório, as ligações entre a Lar e Brasília do Sul não levantaram suspeitas em seus esforços de monitoramento. As certificações BRC e Smeta da Lar mencionadas por algumas empresas são esquemas destinados a verificar a segurança





alimentar e as condições dos trabalhadores, não o cumprimento de direitos indígenas.

Nenhum fabricante ou varejista sequer mencionado neste relatório foi capaz de explicar de forma convincente como eles conseguem impedir que produtos de frango vinculados a violações de direitos indígenas entrem em suas cadeias de suprimentos. Suas respostas indicam que as ligações entre Brasília do Sul e a Lar – ou, nesse caso, as ligações entre Lar e Westbridge e Paulsen – foram primeiramente trazidas à sua atenção pela Earthsight. Quanto às negações dos varejistas do Reino Unido de que seu frango Westbridge está ligado à América do Sul, Brasil ou Lar, não está claro se isso é resultado de uma decisão política, ou não. Também não está claro se as empresas que declararam estar dispostas a encerrar relacionamentos com fornecedores que estejam ligados a violações de direitos indígenas o farão em relação a Lar.

A Lar teria relatado à Rossmann que a soja que usa para alimentar seu frango vem do Paraguai. Isso levanta outras questões. Como mostra a própria história da família Jacintho, o agronegócio no Paraguai tem seu próprio histórico de abusos ambientais e de direitos humanos, inclusive na produção de soja.¹⁰⁴ Estarão Paulsen,

Saturn, Animonda e seus clientes de varejo agora investigando essa suposta origem paraguaia da soja para ração animal e suas potenciais ligações com ilegalidades no país? Nada em suas declarações indica que eles já sabiam dessa aparente conexão paraguaia. Isso é algo que eles vão investigar?

Além disso, a indústria da soja está sujeita a mudanças. Recentemente, foi relatado que, devido às secas, a produção de soja do Paraguai cairá mais de dois terços este ano em comparação com a safra 2020/2021. As exportações de soja do país serão afetadas significativamente.¹⁰⁵ Se as alegações da Lar sobre a origem de sua soja para ração animal forem verdadeiras, as empresas na Europa estão preparadas para identificar possíveis mudanças nos padrões de fornecimento da empresa?

Como algumas empresas declararam apoio a regulamentações da UE que estão para ser publicadas, e que proíbem a compra de commodities relacionadas ao desmatamento ou a violações de direitos humanos do mercado comum, é importante levantar algumas questões finais. Uma vez que tais regulamentos estejam em vigor, que tipo de práticas de "due diligence" serão implementadas para garantir a conformidade? Eles serão totalmente dependentes das garantias dos

A SOJA DA BRASÍLIA DO SUL TAMBÉM CHEGA A CONSUMIDORES EUROPEUS ATRAVÉS DAS CADEIAS DE SUPRIMENTO DE GRANDES EXPORTADORES DE COMMODITIES



ROSSMANN



Netto

Marken-Discount

fornecedores? Talvez mais importante, as autoridades de fiscalização aceitarão de olhos fechados as negações gerais de vínculo com fontes problemáticas, ou exigirão evidências convincentes? Estas são questões críticas para o sucesso da nova legislação atualmente em debate na Europa, Reino Unido e EUA, às quais voltaremos em breve.

A soja da Brasília do Sul também está ligada a consumidores europeus de outras formas. A Coamo Agroindustrial Cooperativa, maior produtora de grãos e óleos vegetais no sul do Brasil, com mais de 29.000 associados¹⁰⁶, possui depósitos em Caarapó, mesmo município do Mato Grosso do Sul onde a Lar opera uma processadora de soja. De acordo com nossa pesquisa de campo, esses silos recebem soja da Brasília do Sul.

Entre 2017 e 2021, a Coamo exportou 3,9 milhões de toneladas de farelo de soja para a UE e Reino Unido, onde os seus principais mercados são a Alemanha, responsável por cerca de metade das suas exportações para a região, e a Holanda (36 por cento).¹⁰⁷ O farelo de soja é utilizado na produção de ração animal para aves, suínos e bovinos.

O maior cliente da Coamo na Europa é sua própria subsidiária Coamo

International AVV, empresa registrada no paraíso fiscal de Aruba e citada no International Consortium of Investigative Journalists' Offshore Leaks Database, que faz parte das investigações do Pandora Papers, Paradise Papers, Bahamas Leaks, Panama Papers e Offshore Leaks.¹⁰⁸ A Coamo também exporta farelo para outros grandes comerciantes globais na Europa.

A empresa foi envolvida no que foi publicamente chamado de "Massacre de Caarapó" em 2016, um violento ataque contra a comunidade Guarani Kaiowá de Tey'i Kue, no Mato Grosso do Sul, perpetrado por mais de 70 pistoleiros ligados a agricultores locais.¹⁰⁹ O comboio de caminhões que atacou a comunidade teria deixado as instalações da Coamo em Caarapó depois de passar quase duas horas lá. O episódio, famoso por seus extraordinários níveis de brutalidade e crueldade, levou à morte do agente de saúde indígena Clodiode Aquileu Rodrigues de Souza e deixou vários outros feridos.^{110, 111} Não há provas de que a Coamo esteja envolvida nos ataques. A Coamo não respondeu aos pedidos de comentários da Earthsight.

As fazendas dos membros da família Jacintho implicadas em denúncias de violações de direitos indígenas e desmatamento ilegal no Paraguai também estão ligadas aos mercados globais. O Grand Theft Chaco da Earthsight revelou as ligações entre o Yaguareté Porã, a fazenda de Bastos Ferraz no PNCAT, e o couro usado pela BMW e Jaguar Land Rover, além de outros fabricantes de automóveis gigantes.¹¹²

A incapacidade ou a falta de vontade das empresas de cortar relações com fornecedores vinculados a relatos de flagrantes abusos de direitos humanos transforma os consumidores em instrumentos inconscientes de injustiça. Embora algumas das empresas destacadas acima tenham direitos indígenas ou políticas de direitos humanos em vigor, nenhuma fez o suficiente para garantir que suas cadeias de suprimentos não estejam implicadas na miséria contínua de uma comunidade indígena. Os esquemas de certificação voluntária da indústria ficaram aquém dos níveis necessários de monitoramento e responsabilidade.¹¹³ Por essas razões, os ativistas há anos exigem a intervenção do governo. Atualmente, estamos mais perto do que nunca de conseguir isso. Mas alguns obstáculos permanecem.

**A INCAPACIDADE OU
FALTA DE VONTADE DAS
EMPRESAS DE CORTAR
LAÇOS COM
FORNECEDORES LIGADOS
A ABUSOS DE DIREITOS
HUMANOS TRANSFORMA
CONSUMIDORES EM
INSTRUMENTOS DE
INJUSTIÇA INVOLUNTÁRIOS**



7. PENTE FINO NO AGRONEGÓCIO

APÓS ANOS DE CAMPANHA, GOVERNOS NA UNIÃO EUROPEIA, REINO UNIDO E EUA ESTÃO DEBATENDO RESTRIÇÕES LEGAIS ÀS IMPORTAÇÕES LIGADAS A ABUSOS AMBIENTAIS E DE DIREITOS HUMANOS

O papel que os mercados consumidores desempenham no desmatamento global foi evidenciado em diversas ocasiões.¹¹⁴ As importações de alto volume de soja, óleo de palma, carne bovina, couro, cacau e outras commodities agrícolas criam incentivos de mercado para a expansão do agronegócio nas áreas florestais de países produtores. Eles são de longe o maior motor do desmatamento global, que por sua vez é responsável por cerca de 12% das emissões climáticas anuais.¹¹⁵

Igualmente importantes são os impactos que esse desmatamento e outras práticas associadas – apropriação de terras, corrupção, violência – têm sobre as comunidades locais.¹¹⁶

Após anos de campanha, governos em alguns dos maiores mercados consumidores – incluindo UE, Reino Unido e EUA – finalmente começaram a debater regulamentações juridicamente vinculantes com o objetivo de interromper a contribuição de seus países para o desmatamento global.

A proposta de regulamento da Comissão Europeia, atualmente em análise pelo Parlamento e pelo Conselho Europeus, é possivelmente a mais ambiciosa. Não apenas visa banir commodities e produtos derivados que tenham relação com o desmatamento ilegal, mas também tenta abordar questões de sustentabilidade, exigindo que as cadeias de suprimentos sejam livres de desmatamento.¹¹⁷ Enquanto uma demanda de desmatamento zero

para cadeias produtivas ligadas a Brasília do Sul é menos relevante – já que a área teve a maioria da sua vegetação nativa desmatada há várias décadas¹¹⁸ – as empresas que usam a soja proveniente da fazenda devem ser responsabilizadas por seu papel na sustentação de uma fazenda envolvida em contínuas violações dos direitos indígenas. É aqui que a proposta da UE se torna mais controversa.

Tal como está, o regulamento consideraria apenas a legislação nacional como base para o monitoramento dos direitos humanos nas cadeias de suprimentos. Isso não chega a exigir que empresas levem em consideração tratados internacionais ou o direito consuetudinário ao avaliar sua exposição a violações dos direitos das comunidades. Isso é importante porque nem todos os países produtores têm as proteções legais nacionais necessárias para garantir os direitos dos povos indígenas e de outros povos tradicionais sobre suas terras ancestrais de acordo com as leis e padrões internacionais.^{119, 120}

A Brasília do Sul está em um país com tais leis.¹²¹ Mas os sucessivos governos brasileiros não conseguiram implementá-las de forma completa. Mais do que isso, o atual governo do Brasil é abertamente contra essas leis e tem tentado miná-las.¹²² A regulamentação da UE poderia, portanto, oferecer um sistema de verificação às cadeias produtivas europeias que lucram com a soja da Brasília do Sul.¹²³ Mas, novamente, os esforços para responsabilizar as empresas sob o



O Parlamento Europeu em sessão em Estrasburgo, França

© Diliiff (autorizado baixo CC BY-SA 3.0)

ENQUANTO NOVA LEGISLAÇÃO É BEM-VINDA, ATUAIS PROPOSTAS ESTÃO AQUÉM DO QUE É REALMENTE NECESSÁRIO PARA PROTEGER BIOMAS E COMUNIDADES LOCAIS

regulamento iriam contra outra limitação.

Como vimos, a soja da Brasília do Sul entra nas cadeias produtivas vinculadas aos mercados europeus por meio da exportação de frango. Embora a soja seja coberta pela regulação da UE a ser aprovada, o frango não é.¹²⁴ Isso significa que os importadores de frango não estarão sob as mesmas obrigações de monitoramento. Ativistas já pediram à UE que amplie o escopo dos produtos cobertos pelo regulamento, não apenas adicionando a carne de aves à lista, como também incluindo todos os produtos que contenham, tenham sido feitos ou alimentados (no caso de animais) usando qualquer um dos produtos cobertos.¹²⁵

Para que os Guarani Kaiowá e outros povos tenham oportunidades de responsabilizar os negócios que lucram com suas terras, será crucial que as próximas regulamentações – na Europa e em outros lugares – incluam disposições nesse sentido. No momento, todas elas são insuficientes nesse quesito.¹²⁶

Penalidades dissuasivas para empresas que desrespeitam as regras serão fundamentais. Um elemento crucial de fiscalização seria a exigência de que as autoridades publiquem listas de empresas que não estejam em conformidade. Essa lista é facilmente aplicável e serve como um poderoso dissuasor, independentemente da sanção pecuniária que possa ser aplicada. Essa cláusula foi incluída em

um rascunho anterior da proposta da Comissão da UE, mas foi posteriormente abandonada. Ela deveria ser reintegrada no regulamento final.

A Lei do Meio Ambiente do Reino Unido, aprovada pelo Parlamento no ano passado, é menos ambiciosa do que sua contraparte da UE, pois se concentra apenas na legalidade e ignora as preocupações de sustentabilidade. De forma mais imediata para o caso aqui destacado, ela não trata diretamente de violações de direitos humanos. Esta é uma falha gritante para uma regulamentação que deveria ter como objetivo limitar não apenas o papel da Grã-Bretanha na perda de florestas no exterior, mas também os impactos humanos da expansão do agronegócio.¹²⁷

Recentemente, o Departamento de Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais do Reino Unido (Defra) realizou uma consulta pública para servir como base à legislação secundária que determinará os produtos a serem cobertos, os tipos de negócios a serem submetidos à lei e como ela será aplicada. Os sinais não são animadores. A forma como a consulta foi estruturada sugere que as autoridades estão dando preferência a uma lista extremamente limitada de commodities a serem incluídas, além dar isenção para todas as empresas com exceção das maiores. Várias brechas parecem estar sendo consideradas.¹²⁸

Uma legislação secundária ambiciosa poderia garantir que a Lei do Meio

Ambiente tenha um impacto significativo. Deveria, portanto, abranger uma ampla gama de commodities, garantir a aplicação efetiva – principalmente por meio de uma lista pública de infratores – e fornecer acesso à justiça para as comunidades afetadas.

Além da legislação específica para florestas, leis mais amplas sobre ética na cadeia de suprimentos estão em debate. Um exemplo é a Diretiva de Due Diligence de Sustentabilidade Corporativa da UE, cuja proposta inicial foi publicada em fevereiro.¹²⁹ A sociedade civil já manifestou preocupação com o escopo restrito da proposta em termos do tamanho das empresas e das brechas na responsabilidade das empresas.¹³⁰ Da mesma forma que as regulamentações sobre commodities com risco florestal, essas leis mais amplas precisarão ser bem elaboradas para evitar que os consumidores sejam associados a abusos como os destacados aqui. O diabo está nos detalhes.

Embora uma legislação audaciosa para o mercado consumidor seja crucial na luta global contra o desmatamento, as mudanças climáticas e os abusos dos direitos humanos, o caso da Takuara revela questões estruturais mais profundas que precisam ser abordadas com igual determinação por uma série de partes interessadas, incluindo governos de países produtores e consumidores. A situação dos Guarani Kaiowá contém lições que ainda não foram aprendidas.

Os Guarani Kaiowá ocupam 29% das áreas demarcadas no Mato Grosso do Sul, o que representa em média 1,1 hectares por pessoa

Fonte: ISA, 2021



Foto: RICARDO FUNARI
BrazilPhotos

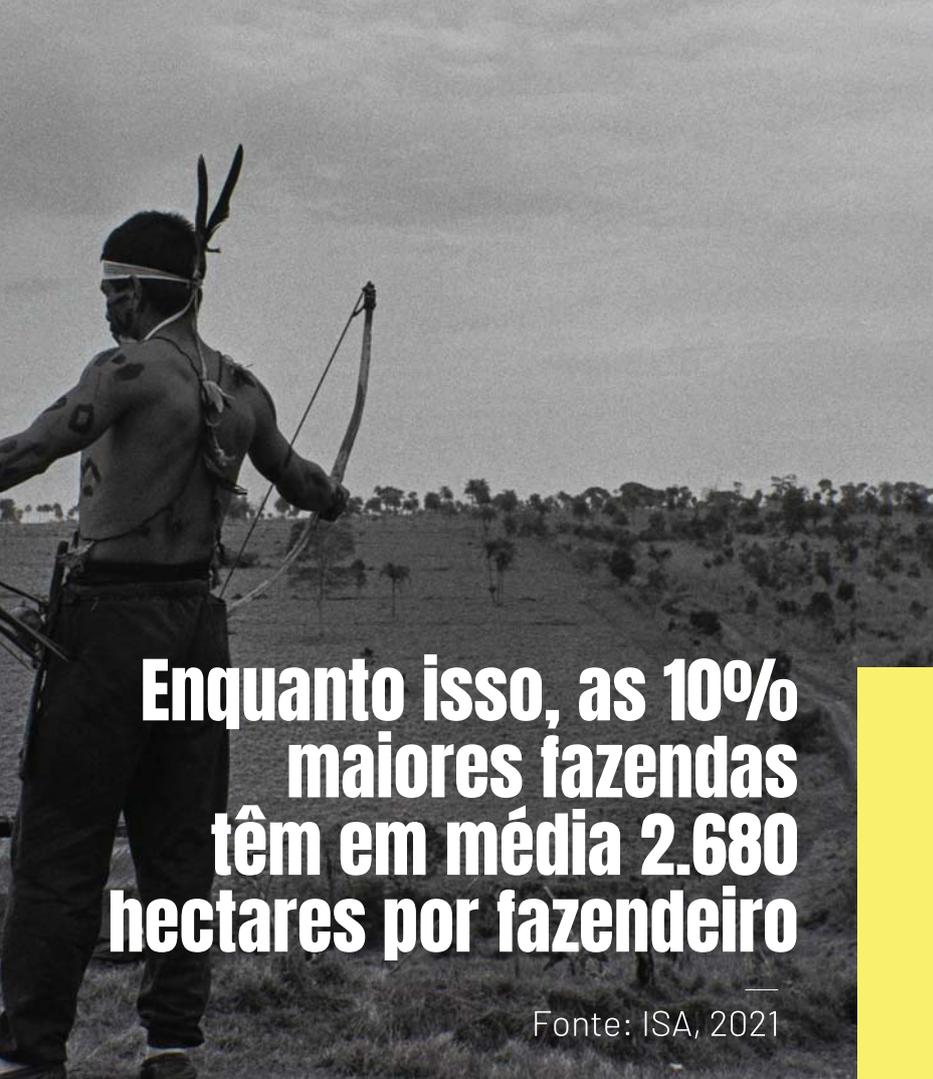


Foto: LUNAE PARRACHO
REUTERS / Alamy Stock Photo

Os Guarani Kaiowá (cerca de 800 famílias) vivem em 22 acampamentos precários no Mato Grosso do Sul, um reflexo da luta por suas terras tradicionais em meio ao descaso governamental

Fonte: ISA, 2021





**Enquanto isso, as 10%
maiores fazendas
têm em média 2.680
hectares por fazendeiro**

Fonte: ISA, 2021

**A FAMÍLIA JACINTHO
LEVA UMA VIDA DE LUXO
E GLAMOUR, ENQUANTO
AS COMUNIDADES
INDÍGENAS NO MATO
GROSSO DO SUL LUTAM
PARA SOBREVIVER**



Valdelice Veron (direita) e sua mãe Julia Cavalheira na Takuara

© Earthsight / De Olho nos Ruralistas



8. LETRA MORTA

A BRASÍLIA DO SUL É EMBLEMÁTICA PORQUE REPRESENTA A FALTA DE RESPEITO POR COMUNIDADES TRADICIONAIS, A INFLUÊNCIA TÓXICA DO AGRONEGÓCIO E A IMPUNIDADE QUE PROMOVEM A CRISE DE DESAMAMENTO NA AMÉRICA LATINA

Esta não é uma história sobre um desmatamento recente. A fazenda Brasília do Sul é apenas um pequeno exemplo em um cenário muito maior de devastação e de apropriação de terras que se arrasta no Brasil. Mas enquanto a Takuara era despojada da maior parte de sua cobertura florestal décadas atrás – especialmente depois que Da Silva Filho adquiriu a terra – os lucros da Brasília do Sul ajudaram a família Jacintho a consolidar e aumentar sua influência política. Ao fazê-lo, a família aumentou seu controle sobre terras no Brasil e no Paraguai, em conflito direto com os direitos ancestrais à terra das comunidades locais.

Neste sentido, a Brasília do Sul é apenas uma parte de uma história maior a respeito do papel da família Jacintho na destruição mais ampla – e contínua – de terras e florestas que deveriam pertencer justamente aos povos indígenas.

Essa também é uma situação emblemática das causas fundamentais da calamidade mais ampla do desmatamento na América Latina: a falta de respeito aos direitos dos indígenas e outras comunidades tradicionais, a influência política indevida e tóxica do lobby do agronegócio, e a violência e impunidade geradas.

O assassinato de Marcos Veron, a invasão das terras protegidas de Ayoreo

Totobiegosode no Paraguai, e a persistente destituição de tantas comunidades que habitam florestas falam muito sobre o fracasso histórico dos estados em cumprir suas obrigações legais e corrigir os erros do passado.

No que diz respeito aos esforços da Funai para esclarecer a condição de terra indígena da Takuara, Jacintho Honório da Silva Filho adotou uma postura intimidadora desde o início.¹³¹

A família Jacintho não tem vergonha de usar o sistema judiciário para obstruir os esforços do governo para demarcar Takuara. Apesar de provas contundentes em contrário, seus advogados rejeitaram categoricamente a noção de qualquer presença indígena histórica na área e, em vez disso, acusam a Funai de ser capturada por interesses ideológicos.^{132, 133}

Líderes indígenas enfatizam as dificuldades que as comunidades enfrentam no judiciário brasileiro.¹³⁴ Os últimos 23 anos de litígio em torno da Takuara ilustram isso. Em 1999, um juiz local levou menos de 24 horas para decidir pelo despejo dos Guarani Kaiowá, mesmo sem ter autoridade para fazê-lo.¹³⁵ Compare isso com a impunidade dos acusados do assassinato de Marcos Veron nos últimos 19 anos.



Congresso nacional em Brasília

© Edilson Rodrigues / Agência Senado
(autorizado baixo CC BY 2.0)

FALHAS POLÍTICAS E DECISÕES JUDICIAIS EQUIVOCADAS DEIXAM NUMEROSAS COMUNIDADES INDÍGENAS DESPROTEGIDAS E COM SEUS DIREITOS CONSTITUCIONAIS CONTINUAMENTE VIOLADOS

O procurador federal Delfino é categórico: "Temos que entender que o racismo no Brasil é estrutural. Se tivéssemos a situação oposta, de um indígena ter matado um fazendeiro, esse caso já estaria concluído há muito tempo".

"A cadeia no Brasil sempre foi para negros, prostitutas e pobres. A soltura de Rodriguinho reflete essa lógica", acrescentou.¹³⁶

Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), uma das maiores organizações de direitos indígenas do Brasil, tem visto vários casos de juízes cancelando processos de demarcação. "Há uma insegurança jurídica considerável para os indígenas como resultado de pressões políticas", diz ele.

Os indígenas já enfrentaram obstáculos até no Supremo Tribunal Federal. A decisão de 2010 do tribunal de suspender a demarcação de Takuara foi um golpe para a comunidade. Em sua decisão, a Ministra Cármen Lúcia se baseou no precedente do marco temporal estabelecido por seus pares (vide acima).

O marco temporal tem sido usado pelo lobby do agronegócio para bloquear demarcações.^{137, 138} Organizações

indígenas o denunciaram como uma manobra cínica que viola a Constituição e sua intenção de proteger comunidades há muito prejudicadas por políticas estatais. Em junho deste ano, o Supremo Tribunal Federal deve realizar uma audiência sobre o assunto com o objetivo de finalizar a discussão.¹³⁹ Se os ministros do STF e governantes ficarem do lado do agronegócio, pode se tornar muito mais difícil para as comunidades recuperarem o acesso às suas terras.

Tonico Benites, líder Guarani Kaiowá e antropólogo da terra indígena Sassoró, no Mato Grosso do Sul, acredita que poucas pessoas podem perder mais do que seu povo.¹⁴⁰ "Acho que o marco temporal foi criado para prejudicar principalmente os Guarani Kaiowá porque todos sabem que fomos despejados [de nossas terras] antes de 1988", argumenta.

Com um sistema de justiça contra eles, povos indígenas tentam há anos pressionar o governo federal a demarcar suas terras conforme estipulado pela Constituição. Mas aqui também os obstáculos são assustadores.

Jorge Eremites de Oliveira, historiador e antropólogo da Universidade Federal de Pelotas, diz que "todos os governos, uns mais, outros menos, tem sido anti indígenas. Mas o governo do Bolsonaro é o pior dos piores. O que temos agora é

ASSIM COMO OS KAIOWÁ DA TAKUARA, NUMEROSAS OUTRAS COMUNIDADES VIVEM EM ACAMPAMENTOS PRECÁRIOS E SEM ACESSO ÀS SUAS TERRAS E AOS SEUS MODOS DE VIDA TRADICIONAIS

a radicalização de uma guerra genocida".

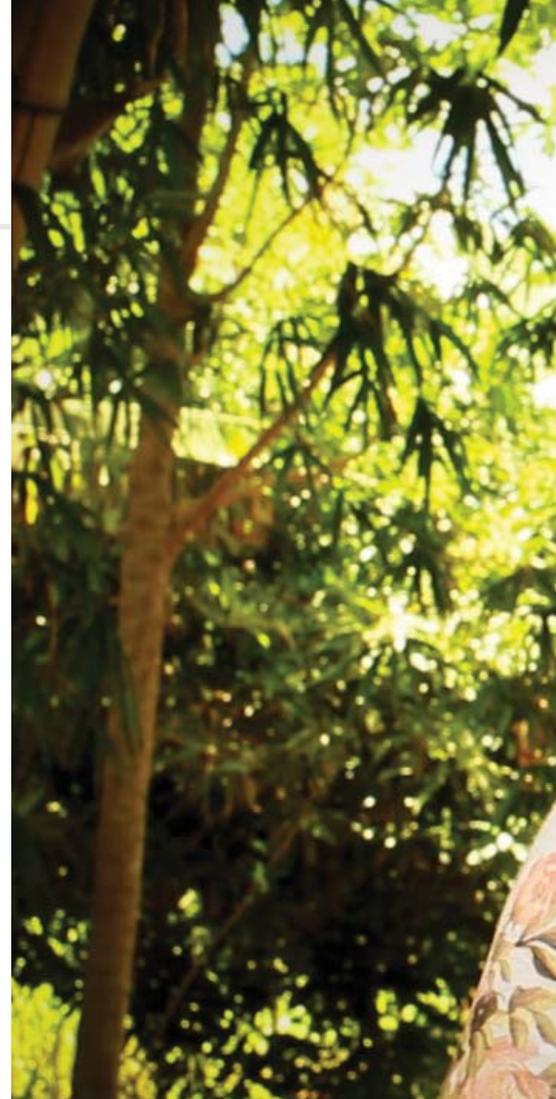
Bolsonaro declarou publicamente sua oposição aos direitos de terra dos indígenas e prometeu não demarcar um centímetro de terra para as comunidades indígenas.¹⁴¹ Sob sua direção, a Funai – agora emparelhada com seus aliados – adotou posturas anti-indígenas perversas.^{142, 143} No ano passado, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) apresentou uma declaração ao Tribunal Penal Internacional pedindo a seus procuradores que "examinassem os crimes cometidos pelo presidente Jair Bolsonaro contra povos indígenas desde o início de seu mandato". Os Guarani Kaiowá foram ressaltados no relatório como um dos grupos mais afetados.^{144, 145}

Para Cerqueira de Oliveira, uma decisão anti-indígena sobre o marco temporal seria um grande impulso para o governo Bolsonaro: "O governo está contando com esta decisão para prosseguir com a chamada 'solução final' para os povos indígenas, que é a completa apropriação de suas terras pelo capital privado, especialmente o agronegócio".

No Mato Grosso do Sul, o governo estadual também se aliou aos latifundiários. Durante o litígio sobre Takuara, solicitou que os tribunais fossem incluídos como parte no caso para argumentar contra a demarcação.¹⁴⁶

"O cerne da questão é o Estado, que inicialmente criou toda essa situação vendendo terras indígenas como se estivessem vazias. Agora você tem o agronegócio contra os indígenas e o Estado está ausente", argumenta Stefanés.

O juiz federal que ordenou o despejo dos Guarani Kaiowá de Takuara em 2001 ressaltou que os tribunais estão em uma situação impossível. Em sua



decisão, ele argumentou que não poderia ignorar que a família Jacintho tem a propriedade legal da Brasília do Sul. Por outro lado, reconheceu que os tribunais não podem ter a palavra final sobre as disputas por terras indígenas, que muitas vezes surgem e perduram como resultado de decisões políticas.¹⁴⁷

Sobre a questão da propriedade legal, porém, Cerqueira de Oliveira acha que os juízes estão errando: "A Constituição é clara. A partir do momento que a terra é reconhecida como terra indígena tradicional com base nos estudos da Funai, todos os títulos [privados] sobre ela são considerados nulos".

A família Jacintho leva uma vida de luxo e glamour, enquanto as comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul lutam para sobreviver. Ao visitar a região para esta reportagem, nossa equipe se deparou com indígenas coletando alimentos, roupas e outros itens em um aterro sanitário. Maristela Aquino, professora de crianças Guarani Kaiowá, estava no local. "Os Kaiowá se sentem culpados, inferiores e menosprezados, mas essa situação não é culpa deles", disse ela. "Isso vem de um processo histórico de discriminação, desapropriação do território, confinamento nas reservas e omissão do governo em devolver a eles o que é deles".



Liderança indígena Erileide Domingues, da comunidade de Guyraroká, perto da Takuara

© Earthsight / De Olho nos Ruralistas

As comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul vivem atualmente em áreas que são uma fração de suas terras tradicionais.¹⁴⁸ Isso as impede de viver de acordo com seus costumes e tradições, que incluem a caça, a pesca, a coleta de plantas medicinais e a visita aos locais que têm significado para sua cosmologia e memória coletiva.

"O artigo 231 da Constituição sobre garantia da reprodução cultural e física dos povos indígenas é ignorado", diz Eremites de Oliveira.¹⁴⁹

Mesmo que as comunidades reocupassem áreas maiores, seus problemas não terminariam. "Os rios, as florestas, os bichos do mato, estão todos morrendo e agonizando", observa Valdelice, referindo-se ao uso intenso de agrotóxicos pelos proprietários de terras e à ausência quase total de florestas nativas na região.

A líder indígena Erileide Domingues, da comunidade Guyraroká perto de Takuara, concorda. "Eles pulverizam seu ódio sobre nossas comunidades" na forma de pesticidas.¹⁵⁰ Casos notificados de pulverização aérea de agrotóxicos em Mato Grosso do Sul foram chamados de "agressões químicas" pelo promotor Delfino.¹⁵¹

92%

da área do Mato Grosso do Sul é composta por terras privadas

enquanto que apenas 2,5% é terra indígena

Fonte: ISA, 2021



9. O RETORNO DOS GUARDIÕES

"A RESISTÊNCIA DO POVO GUARANI KAIOWÁ É ÚNICA NO MUNDO. SUAS CRIANÇAS, MULHERES E HOMENS SÃO MUITO FORTES E MUITO ESCLARECIDOS SOBRE SEUS DIREITOS."

ANTÔNIO EDUARDO CERQUEIRA DE OLIVEIRA, SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIM)

Os Guarani Kaiowá têm uma relação especial com a terra. O termo Tekohá aparecia com frequência durante as entrevistas. Eriel Benites, líder Guarani Kaiowá e professor da aldeia Te'ýikuê, no Mato Grosso do Sul, chama os Tekohá de "aldeia sagrada".¹⁵² Pode ser entendido como o lugar onde a comunidade pode viver de acordo com suas crenças, cosmologia e tradições, com importantes registros de ancestralidade e memória coletiva.

"As florestas, os rios, as plantas e o vento tem guardiões espirituais. Nosso objetivo é restaurar a saúde da terra para que possamos nos reconectar com essa divindade e dar sentido às nossas vidas", diz Benites.

Benites está ciente dos desafios que seu povo enfrenta em uma paisagem desmatada. "Em meio a essa destruição, os guardiões se retiram e a terra fica nua, com uma ferida aberta. Se conseguirmos reflorestar a terra, os guardiões podem retornar", acrescenta.

A perda de suas terras significou a perda do sentido de lugar no mundo para muitos Kaiowá. A historiadora Rosely Stefanos, que presenciou em primeira mão casos de suicídio entre os jovens Guarani Kaiowá, ressalta a falta de perspectivas que os afeta. "Eles são desumanizados porque [fora de suas comunidades] se espera que se comportem como não indígenas e isso gera conflitos internos profundos nos jovens", diz ela.¹⁵³

Vários líderes Guarani Kaiowá entrevistados por nossa equipe mencionaram questões de violência doméstica, alcoolismo, uso de drogas, suicídios e um sentimento geral de desalento entre muitos jovens indígenas.

Alguns lembram com carinho das tentativas de reocupar suas terras, mesmo diante de um risco enorme. "Rezamos por vários dias para afastar os maus espíritos do caminho. Foi tão lindo, nos sentimos felizes. Era como se estivéssemos voltando para o colo de nossa mãe", conta Anastácio Peralta, líder Guarani Kaiowá da aldeia



Criança Guarani Kaiowá fotografada durante um protesto fora do Supremo Tribunal Federal em Brasília em defesa das terras indígenas, junho de 2019

© REUTERS / Adriano Machado / Alamy Stock Photo

Panambizinho, sobre os preparativos para a retomada há vários anos.¹⁵⁴

Os agricultores aprenderam que podem atingir as comunidades indígenas onde dói. "Vinte casas de reza foram incendiadas desde 2021. Eles perceberam que devem atacar essa força místico-religiosa para que [os indígenas] não tenham mais essa cultura", diz Cerqueira de Oliveira, chefe do CIMI.¹⁵⁵

Apesar da situação atual, os Guarani Kaiowá não se veem como vítimas indefesas. Aqueles que passaram algum tempo com eles muitas vezes destacam sua capacidade de resiliência e esperança. "Os Guarani Kaiowá sempre têm um sorriso no rosto", diz Maristela Aquino, a professora que conhecemos no aterro sanitário.

Valdelice encarna esse espírito e convida outros a se juntarem à sua luta. "O objetivo dos governantes do Brasil é o extermínio do nosso povo. Minha mensagem para você assistindo nossa situação no Mato Grosso do Sul e no Brasil é que você se levante conosco".

OS GUARANI KAIOWÁ QUEREM RESTAURAR A SAÚDE DA TERRA E CONECTAR-SE UMA VEZ MAIS COM A SUA DIVINDADE



Eliel Benites, liderança Guarani Kaiowá e acadêmico da Aldeia Te'yikue em Mato Grosso do Sul

© Earthsight / De Olho nos Ruralistas

RESPOSTAS DAS EMPRESAS

Comentários das empresas enviados à Earthsight em resposta às descobertas do nosso relatório (em inglês)

EMPRESAS NA ALEMANHA:



ANIMONDA PETCARE

How does your company ensure the traceability of the products used in its brands back to the origin (e.g. to the farm of origin for soy used in animal feed)? How are your company's traceability practices monitored and evaluated (e.g. third party audits, internal reviews, etc.)?

All materials used in the production of petfood are recorded in the inventory management system of the production companies. With the corresponding batch number of each material, the reference to the direct upstream supplier is established. If necessary, e.g. in the event of a crisis, we receive further information from the supplier about their respective upstream suppliers. As part of our risk assessment, we conduct supplier audits or explicit batch traceability tests.

All these measures are part of the IFS certification, according to which our production sites have been certified for years.

Our intermediary is IFS Broker certified, which means that our requirements are passed on in the supply chain. The supplier in Brazil has BRC (analog IFS) and SMETA certification.

Does your company have a policy on human rights or indigenous rights? How is this policy implemented, monitored and evaluated?

We have a Code of Conduct based on the International Labour Organisation (ILO) standards on human rights. Compliance with this Code of Conduct is required in the general terms and conditions and is signed by our suppliers. SMETA-certified companies are taken into account in the supplier qualification process.

What action does your company take when it finds evidence of violations of indigenous peoples' rights in its supply chains?

In cases of proven human rights violations, consequences are derived that also lead to the termination of supplier relationships.

Has your company ever blocked a supplier associated with Brazilian chicken because of concerns about violations of indigenous peoples' rights? Can you provide details?

To date, there has been no evidence in this regard that would have resulted in a supplier being blocked.

What is your company's view on the need for legally binding regulations in the EU to ban goods and derived products that are linked to violations of indigenous people's rights?

In our company policy, we are committed to complying with all legal regulations relevant to us, including social and ethical aspects.



SATURN PETCARE

We take information of this kind very seriously. Consequently, after receiving your letter we have immediately started investigations and have contacted our suppliers. Our suppliers have confirmed that the soybeans grown in the area in question are not used for the production of animal feed. We can therefore with certainty exclude any connection to our products.

We would nevertheless like to give you some information about our traceability system and our supplier requirements.

All raw materials that we use to produce pet food are recorded in our inventory control system. This guarantees that each raw material can be linked directly to the upstream supplier. In the context of our risk assessment we carry out supplier audits or conduct explicit traceability tests to check traceability through the supply chain. All these measures form part of the globally accepted IFS certification by which our company has been certified for years. Our agent is an IFS-certified broker, which ensures that our requirements are also passed down through the supply chain. The supplier in Brazil is certified by BRC (comparable to IFS) and SMETA.

Our company's Code of Conduct is based on the standards of the International Labor Organization (ILO) for human rights. We require our suppliers to sign and comply with this Code of Conduct by their agreement to our general terms and conditions. In cases of proven violation of human rights we take steps that may also lead to blocking a supplier. So far, there have been no indications in this regard that might have led to the disqualification of a supplier. With our company policy, we commit to complying with all relevant legal requirements, which also includes social and ethical aspects.



EDEKA

The EDEKA Group is aware of its responsibility as a food retail enterprise and as an active part of society at all levels. Our top priority is thus assigned to the protection of human rights and compliance with applicable laws by suppliers, for instance as regards protection against land grabbing. We are therefore very interested in any cases of abuse or irregularities being brought to our attention so that we can investigate them in depth.

After all, part of a sustainable product range policy is to ensure that the products we carry have also been manufactured under socially and ecologically responsible conditions. EDEKA calls for strict compliance with minimum social standards from its business associates – this requirement is part of its general business terms and conditions. Further certification systems as well as standards and product parameters feature as additional requirements from time to time. The contractual terms and conditions hence also include specific requirements for environmental sustainability and social responsibility. In product questionnaires and contract annexes, we call upon our suppliers to disclose e.g., the exact countries of origin for all raw materials, production conditions and social standards.

Moreover, compliance with our requirements and criteria is monitored within the scope of the applicable certification systems, partly also unannounced, as well as during random visits by EDEKA employees or external service providers. In the event of any violations, audits generally provide for the preparation of action plans, their implementation and subsequent re-inspection. In the event of continued non-compliance or particularly severe violations (“zero tolerance”), suppliers must expect loss of certification all the way through to being suspended or banned.

The relevance of traceability and the implementation of additional criteria for careful use of resources and protection of human rights along the supply chain are addressed in the course of supplier dialogues. We assign priority to those suppliers who are already working on implementing the additional criteria or have delivered proof of compliance with these. Furthermore, in the event of suspicious circumstances and/or intensified need for information, we can always ensure traceability for all raw materials or commodities used. In the case of soya, EDEKA is meanwhile working on a pilot project with ftrace to backtrack the soya feed supply chain (see current article in a major German trade publication: <https://www.lebensmittelzeitung.net/tech-logistik/nachrichten/f-trace-transparency-lidl-und-edeka-pilotieren-transparenz-tool-fuer-lieferketten-163964>)

On the environmental front, the EDEKA Group has been cooperating with the WWF for years to significantly reduce its environmental footprint – primarily by extending its range of more sustainable products and conserving natural resources. This includes the objective of implementing supply chains in conformity with the Accountability Framework Initiative (AFI) guidelines. This is to ensure ethically responsible, deforestation- and conversion-free supply chains in the future, especially for forest-risk raw materials such as soya, for instance.

We also exchange views with market participants and NGOs and, within the ambit of our possibilities as a food retailer, also approach policymakers.

- We are actively involved in various initiatives/standards (as regards deforestation, including FONAP, FONEI, RSPO). To some extent, human rights criteria are also partially integrated in this regard.
- The application of the principle of “Free, Prior and Informed Consent” (FPIC) e.g., in relation to indigenous peoples in advance of any activities that may impair their rights or resources is also an element and commitment in our standard systems in use.
- In many cases, global deforestation is also associated with human rights abuses and violations of the rights of indigenous peoples. This is another reason why we have been committed to zero- conversion and zero-deforestation supply chains since the end of 2021, with the objective of meeting the AFI requirements. Besides, we also take a public stand against over- exploitation of rainforests and have, for instance – along with 40 other European companies – called for strict EU legislation to stop global deforestation and to encourage deforestation-free supply chains. Please refer to: <https://verbund.edeka/verbund/statement-of-support-from-businesses-for-an-effective-eu-law-to-halt-the-trade-in-commodities-and-products-linked-to-deforestation-and-conversion.pdf>

The EDEKA Group as a whole is therefore committed to developing ecologically and socially responsible actions and campaigns along the entire supply chain, introducing standards and promoting structures that also monitor these endeavours. And, in doing so, it goes without saying that we refer to applicable case law and regulations.



NETTO MARKEN-DISCOUNT

Netto Marken-Discount is aware of its responsibility as a food retail enterprise and as an active part of society at all levels. Objectives such as protection of human rights and compliance with applicable legislation by suppliers, for instance as regards prevention of land grabbing, therefore enjoy high priority for us. We are very interested in any cases of abuse or irregularities being brought to our attention so that they can be investigated.

Part of a sustainable product range policy is ensuring that products we carry have also been manufactured under socially and ecologically responsible conditions. We call for our business associates to firmly comply with minimum social standards – this requirement is part of our general business terms and conditions. Additional requirements include further certification systems as well as standards and product requirements. Accordingly, our contractual terms and conditions also feature specific requirements for environmental sustainability and social responsibility. We call upon our suppliers to use our product questionnaires and contract annexes to disclose e.g., the exact countries of origin for all raw materials, production conditions and social standards.

Moreover, compliance with our requirements is generally monitored by external service providers, in some cases unannounced, within the scope of the applicable certification systems. In the event of any violations, audits generally provide for the preparation of action plans, their implementation and subsequent re-inspection. In the event of continued non-compliance or particularly severe violations (“zero tolerance”), suppliers must expect loss of certification all the way through to being suspended or banned. The relevance of traceability and the implementation of additional criteria along the supply chain are addressed within the framework of supplier dialogues. Netto assigns priority to suppliers who are already working on implementing the additional criteria or have delivered proof of compliance with these.

Furthermore, we proactively pursue the objective of further reducing our environmental footprint – above all by expanding our range or more sustainable articles and conserving natural resources. In order to underpin this with external expertise, we have been working with our strategic sustainability partner WWF for over ten years now. This includes the objective of implementing supply chains in accordance with the Accountability Framework Initiative (AFI) guidelines. In the future, this is to ensure ethically responsible, deforestation- and conversion-free supply chains, especially for forest-risk commodities such as soya. As part of our group of companies[1] Netto Marken-Discount additionally exchanges views with market participants and NGOs and, within the ambit of our possibilities as a food retailer, we also approach policymakers.

- The company is proactively engaged in various initiatives/standards (as regards deforestation, including FONAP, FONEI, RSPO). Human rights criteria are also partially integrated here.
- The application of the principle of “Free, Prior and Informed Consent” (FPIC) e.g., in relation to indigenous peoples in advance of any activities that may impair their rights or resources is also an element and commitment in our standard systems in use.
- In many cases, global deforestation is also associated with human rights abuses and violations of the rights of indigenous peoples. This is one of the reasons why Netto Marken-Discount has been committed to conversion- and deforestation-free supply chains since the end of 2021. We therefore have the goal of meeting the AFI requirements. Besides, a public stand is also taken against over-exploitation of rainforests and, for instance – jointly with 40 other European companies – strict EU legislation has been demanded to stop global deforestation and to encourage deforestation-free supply chains. Please refer to: Press release calling for EU legislation.

Netto Marken-Discount as a whole is therefore committed to developing ecologically and socially responsible actions and campaigns along the entire supply chain, introducing standards and promoting structures that also monitor these activities. And, in doing so, we refer to applicable case law and regulations.



LIDL

Lidl takes its corporate due diligence extremely seriously. We have specified our requirements for social and ecological standards, such as the protection of forests and ecosystems, in our purchasing policy to work towards supply chains that are free of deforestation and conversion (the English version from our Lidl GB colleagues, but which is still applicable to Lidl in general can be found here). In doing so, we follow the guidelines of the Accountability Framework Initiative (AFI) which includes acting in accordance with the UN Declaration of the Rights of Indigenous Peoples.

To understand and increase the transparency and traceability in our soy supply chains, we regularly carry out soy mappings with external service providers. The soy quantities and their distribution among the various animal products in our own label range are recorded. In addition, the certifications are evaluated.

Further Lidl established a broader, publicly available due diligence policy in 2019 (the English version from our Lidl GB colleagues, but which is still applicable to Lidl in general can be found here) as well as a dedicated human rights policy in 2021 (the English version from our Lidl GB colleagues, but which is still applicable to Lidl in general can be found here). Implementation and monitoring of both policies rests on a range of actions including strengthening supplier policies and supplier capacity, enhanced risk analyses including Human Rights Impact Assessments, auditing and certification (Ecovadis, Sedex/SMETA, Fairtrade, Danube Soy, RTRS) as well as industry-wide projects aiming to address identified adverse human rights impacts. Lidl also advocates for an ambitious European supply chain law that covers both material human rights and environmental concerns.

We are aware of the social and environmental impact of soy farming. With this in mind, we have committed to making the sourcing of soy in our supply chains sustainable by the end of 2022. As part of our international soy strategy, we are working to reduce the use of soy in the long term by trialling alternative feed sources with our suppliers such as rapeseed scrap. If the soy content cannot be replaced by alternatives, for example due to a lower protein content, we aim to source soy from the European Union. To this end, we have entered into a close and distinctive protein partnership with Donau-Soja in order to compensate the entire Lidl soy footprint in the DACH region with an equivalent amount of European and sustainable soy. This represents an important first step towards achieving the long-term goal of segregated flows of goods. As long as there is a need to import soy, we are also committed to increasing the proportion of certified, non-GMO and more sustainable soy.

We are therefore promoting sustainably grown soy through certification and driving change towards sustainable soy cultivation through projects and initiatives. For this purpose, we also compensate in other Lidl countries outside of the DACH region soy quantities in animal feed with RTRS that come from the regions of Maranhão and Piauí in Brazil.



ALDI SÜD

We can immediately assure you that Aldi takes any allegations of this kind very seriously and will investigate the matter further with our supplier. We are committed to respecting human rights and improving living and working conditions throughout our supply chains. We expect our business partners and other suppliers to also respect human rights and ensure that business activities comply with our human rights and environmental standards and policies.

We are aware that the violation of indigenous rights and deforestation in Brazil - especially under the current government - is a pressing issue. We are committed to respecting human rights and improving living and working conditions throughout our supply chains. We describe our approach in our International Policy Statement for Human Rights. Respecting the rights of indigenous people is one of the aspects of human rights that we consider salient in this context as our actions could have a stronger impact on these.

In addition to our commitment to source 100 percent sustainable soy by 2025, we support strict legal requirements that go beyond our own supply chains:

- To counter the Brazilian government's plan to shrink existing protected areas and restrict indigenous peoples' rights, we supported a public letter to the Brazilian government in 2020 and 2021.
- In addition, we have been publicly advocating for the introduction of a robust and impact-oriented European legislative framework to protect human rights since 2020. We believe the introduction of corporate mandatory due diligence into legislation is an important building block for the realisation of human rights along international supply chains. Mandatory legislation creates a level playing field and makes human rights along supply chains non-negotiable. We are convinced that legislation can only effectively contribute to realising human rights, if we engage in real collaboration, align the scope of due diligence with the UNGP, ensure practicality, and strive for harmonization of requirements. We describe our position on mandatory human rights due diligence legislation in our Position Statement.

Since 2010, the ALDI Social Standards in Production are our definitive standard for cooperation with business partners for our food and non-food products. These standards are contractually binding and prohibit human rights infringements such as forced labour and child labour as well as discrimination in any form.

We constantly assess our actual and potential impacts on human rights in order to prevent or mitigate the adverse impacts of our business or remediate where necessary. Based on our assessments we develop strategies and continually improve our processes and practices. To date, soy production for animal feed was not identified as a priority for our human rights activities. The supply chains for soy in animal feed are very complex and it is very difficult to trace the soy back to the origin. In Europe, we have been working since 2018 through the so-called Collective Soy Reporting together with other retailers and our suppliers on processes to build knowledge and traceability about the origin of animal feed. This process is conducted and verified by an external service provider. However, due to the very complex soy supply chains, this is a difficult process for us and our direct suppliers. Our goal to source 100 percent sustainable soy by 2025, meaning either from certified sources or from low risk regions such as Europe, supports the protection of human rights in our soy supply chain.



ALDI NORD

Thank you for your letter regarding alleged indigenous rights violations in Brazil. We thank you for bringing this matter to our attention.

We can immediately assure you that ALDI takes any allegations of this kind very seriously and will investigate the matter further with our supplier. We are committed to respecting human rights and improving living and working conditions throughout our supply chains. We expect our business partners and other suppliers to also respect human rights and ensure that business activities comply with our human rights and environmental standards and policies.

We are aware that the violation of indigenous rights and deforestation in Brazil - especially under the current government - is a pressing issue. We are committed to respecting human rights and improving living and working conditions throughout our supply chains. We describe our approach in our International Policy Statement for Human Rights. Respecting the rights of indigenous people is one of the aspects of human rights that we consider salient in this context as our actions could have a stronger impact on these.

In addition to our commitment to source 100 percent sustainable soy by 2025, we support strict legal requirements that go beyond our own supply chains:

- To counter the Brazilian government's plan to shrink existing protected areas and restrict indigenous peoples' rights, we supported a public letter to the Brazilian government in 2021.
- In addition, we have been publicly advocating for the introduction of a robust and impact-oriented European legislative framework to protect human rights since 2020. We believe the introduction of corporate mandatory due diligence into legislation is an important building block for the realisation of human rights along international supply chains. Mandatory legislation creates a level playing field and makes human rights along supply chains non-negotiable. We are convinced that legislation can only effectively contribute to realising human rights, if we engage in real collaboration, align the scope of due diligence with the UNGP, ensure practicality, and strive for harmonization of requirements. We describe our position on mandatory human rights due diligence legislation in our Position Statement.

Moreover, the BSCI Code of Conduct in its current version is the definitive standard for cooperation with business partners for our food and non-food products. These standards outlined in the CoC are contractually binding and prohibit human rights infringements such as forced labour and child labour as well as discrimination in any form.

We constantly assess our actual and potential impacts on human rights in order to prevent or mitigate the adverse impacts of our business or remediate where necessary. Based on our assessments we develop strategies and continually improve our processes and practices. As we have to prioritize based on our conducted risk assessment, soy production for animal feed was not identified as a priority up to now. The supply chains for soy in animal feed are very complex and it is very difficult to trace the soy back to the origin. In Europe, we have been working since 2021 through the so-called Collective Soy Reporting together with other retailers and our suppliers on processes to build knowledge and traceability about the origin of animal feed. This process is conducted and verified by an external service provider. However, due to the very complex soy supply chains, this is a difficult process for us and our direct suppliers. Our goal to source 100 percent sustainable soy by 2025, meaning either from certified sources or from low risk regions such as Europe, supports the protection of human rights in our soy supply chain.



FRESSNAPF

For our suppliers, our comprehensive Code of Conduct is part of the contract and is signed as such. The Code of Conduct is based on the standards of the International Labor Organization (ILO) for human rights. It explicitly stipulates that our suppliers undertake to protect the interests of indigenous people in accordance with the United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples.

Our suppliers also commit to ensure that these requirements are also met by their subcontractors. Any allegation of a breach of this commitment will be fully investigated. In this context, it is irrelevant to us whether we receive such reports via contractual partners or, for example, our complaints office. If we become aware that a supplier or sub-supplier is in breach of our requirements, we will immediately demand and support measures to rectify the situation. If the violations are still not remedied and are of a corresponding severity, as is the case with human rights violations, we immediately terminate the business relationship with our suppliers.

So far, we have not received any information regarding the violation of the rights of indigenous people, so that we will now comprehensively examine the facts in our company as described by you.



ZOOPLUS

Respecting human rights is a core value of our company. Based on this, zooplus is strongly committed to conducting its business relationships as well as sourcing of quality merchandise and services in a manner that reflects our ethical, moral and social values.

All our contracts contain a Supplier Code of Conduct which sets out our requirements and expectations that all suppliers and their affiliated organizations – including suppliers, factories, and authorized subcontractors – must comply with, in order to conduct business with zooplus and its related businesses. This also applies to the contract with our supplier Animonda Petcare, who has committed itself to this Code of Conduct in the course of concluding the contract.

As we take the findings of your report very seriously, we have double-checked with our supplier Animonda. Correspondent to the information available to us, the IFS certification of Animonda, according to which the Animonda production sites have been certified for years, remains valid. Pursuant to Animonda, the same applies for their supplier in Brazil, which is certified in accordance with the BRC Global Standard for Food Safety and the SMETA Ethical Audit.

Please find below our answers to your questions.

How does your company ensure traceability of the products used in the petfood it sells back to origin (for example, the farm of origin for the soy used in animal feed)? How are your company's traceability practices monitored and assessed (for example, third party audits, internal reviews, etc.)?

Our suppliers are required to record all materials used in the production of petfood in an inventory management system. With the corresponding batch number of each product or raw material, the supply chain becomes transparent. If necessary, we receive further information from the supplier about their respective suppliers.

Does your company have a human rights or indigenous rights policy in place? How is this policy implemented, monitored and assessed?

At zooplus, we have a Company Code of Conduct, applicable to all companies and locations of the zooplus Group, as well as a Supplier Code of Conduct in place.

The Supplier Code of Conduct sets out our requirements and expectations that all our suppliers and their affiliated organizations – including suppliers, factories and authorized subcontractors – must comply with, in order to conduct business with zooplus and its related businesses. This is a fundamental part of all our contracts.

Suppliers and their affiliated organizations must ensure that they are not complicit in human rights abuses, ensure workers are treated with dignity and respect, and avoid any type of harassment. In addition, they must actively maintain the protection of human rights as detailed in the UN Universal Declaration of Human Rights.

Furthermore, zooplus is strongly committed to respecting human rights, including the identification and elimination of modern slavery and human trafficking. Although zooplus has never been linked to any types of human rights violations, the company is aware of its responsibility along its entire value chain

and endorse the transparency that the UK Modern Slavery Act 2015 encourages. Therefore, we act according to our Modern Slavery Act – Transparency Statement and comply with the requirements set out in section 54 of the UK Modern Slavery Act 2015. We disclose annually our activities related to the protection of human rights and social standards in our business and supply chain.

We have implemented a supplier screening and risk monitoring tool which continuously monitors the so-called PESTEL risk factors (political, economic, sociocultural, technological, environmental, legal) in thousands of international sources (e.g., press, legal information, databases). With its help we check our suppliers before concluding a contract and continuously during the contractual relationship following a risk-based approach.

In addition, we monitor compliance with our Code of Conduct following a risk-based approach and undertake social audits with or without notice at the supplier's premises to verify compliance with our principles.

What actions does your company take when it finds evidence of indigenous rights violations in its supply chains?

We expect all our suppliers to comply with the regulations and principles contained in our Supplier Code of Conduct and to similarly commit their affiliated companies, including suppliers, manufacturers and approved subcontractors, to comparable principles. If our expectations are proven not to be met, we reserve the right to terminate the current business relationships.

Has your company ever blocked any supplier linked to Brazilian chicken due to concerns over indigenous rights violations? Can you provide details?

To date, there has been no such situation that would have resulted in zooplus blocking a supplier.

What are your company's views on the need for legally binding regulations in the EU to ban commodities and derived products linked to indigenous rights violations from being imported to the single market?

In our Company Code of Conduct, our Supplier Code of Conduct and our Modern Slavery Act – Transparency Statement, we are committed to complying with all legal regulations relevant to us, including social and ethical aspects.

We very much welcome the initiatives on the part of German and European legislators to make legally binding and, above all, uniform requirements for business in order to contribute to improving the human rights situation in the world.



REWE MARKT

Referring to your request, we checked our entire supply chain and interviewed all our suppliers. According to the supplier (LAR Cooperativa Agroindustrial), the soybeans obtained from the affected area are intended exclusively for sale in kind and are under no circumstances used for animal feed respectively for the production of petfood. In this respect, there is expressly no connection to our products neither for our petfood products ZooRoyal nor for ja!.



DM-DROGERIE MARKT

Kerstin Erbe: "We do not use any raw materials that originate from the Brasilia do Sul soy farm in Brazil for the products of our Dein Bestes brand. At dm, we select the suppliers for our dm-branded products in a responsible and environmentally conscious way. We have contractually agreed on the adherence to extensive social and environmental standards with our suppliers, also with regard to the upstream supply chain. We only work with suppliers who have incorporated social responsibility along the supply chain in their terms of business, actively implement it and ensure compliance through regular on-site audits and inspections. Furthermore, we signed a voluntary commitment and a declaration to promote living incomes and wages in the global agricultural supply chains relevant for our dm-branded products in January 2020. We are committed to fair trade and due diligence in supply chains in order to identify possible gaps and initiate the necessary adjustments. This way, we want to honor our social and environmental responsibility even further in the future."

How does your company ensure traceability of the products used in its brands back to origin (for example, the farm of origin for the soy used in animal feed)? How are your company's traceability practices monitored and assessed (for example, third party audits, internal reviews, etc.)?

Dirk Rossmann GmbH (hereinafter referred to as ROSSMANN) contractually commits its suppliers to use a traceability system organised by lot/batch numbers or codes or other specific design features, allowing traceability right back to the raw material manufacturer. Further measures are taken to ensure that the raw materials supplied by raw material manufacturers can be assigned to precise batches by means of supplier management and that each raw material has been checked with regard to its origin and manufacturing conditions prior to 'initial approval' for production. Random checks are carried out at our manufacturers to ensure that such provisions are working and are being observed. Such checks also include audits, but primarily queries and controls stemming from the analytical quality assurance tests, where the focus is on individual raw materials in particular. Safeguarding via certified supply chains – as in the case of organic products, for example – is also taken into account.

Feed producer Saturn Petcare GmbH has also confirmed to ROSSMANN that these requirements have been met. After our explicit traceability request, Saturn Petcare GmbH reported back to our company with the following statement:

All materials used in the manufacture of pet food are entered in the enterprise resource planning system. The corresponding batch number of each material establishes a link to the direct upstream supplier. If necessary – in the event of a crisis, for example – we obtain further information from the supplier about their respective upstream suppliers. As part of our risk assessment process, we conduct supplier audits or explicitly carry out batch traceability tests. All of these measures are part of the IFS certification programme, in accordance with which our company has been certified for a number of years. Our intermediate agent has IFS broker certification, which means that our requirements are passed on within the supply chain. The supplier in Brazil is certified in accordance with BRC (equivalent to IFS) and SMETA.

Following demands from Saturn Petcare GmbH customers such as ROSSMANN and the request from Earthsight, measures were once again taken to trace the supply chain of the soya used.

According to the supplier (LAR Cooperativa Agroindustrial), the tracing process revealed that the soya beans sourced from the affected area are intended solely for sale in Natura and are not used for animal feed. As such, there is absolutely no connection to ROSSMANN branded products. According to the supplier LAR Cooperativa Agroindustrial, the source of the soy used for the animal feed is the country of Paraguay.

Does your company have a human rights or indigenous rights policy in place? How is this policy implemented, monitored and assessed?

ROSSMANN is absolutely committed to protecting human rights. In order to live up to this commitment, ROSSMANN has produced a code of conduct for the above measures. It forms the basis for every order involving ROSSMANN branded products and non-food articles. The ROSSMANN code of conduct is based on various principles, such as the Universal Declaration of Human Rights, the UN Guiding Principles on Business and Human Rights and the ILO's core labour standards. This code of conduct applies not only to suppliers and production facilities themselves, but is also binding for upstream businesses, such as weavers and dyeing plants in the textile sector. Acceptance of the supplier code of conduct is a requirement for cooperation with ROSSMANN. The code of conduct is regarded as a tool that clearly defines the importance of human rights and environmental standards as the basis for cooperation – also as an obligation in respect of our suppliers.

Saturn Petcare GmbH also uses a code of conduct. According to the company, this is based on the standards of the International Labour Organization (ILO) for human rights. Compliance with this code of conduct is demanded by Saturn Petcare GmbH through its general terms and conditions, which its suppliers are required to sign. SMETA-certified companies form the basis of all considerations relating to supplier qualification.

Commitment to various social projects also shows that ROSSMANN attaches considerable importance to the right to self-determination and the right to live life in freedom and peace.
<https://unternehmen.rossmann.de/nachhaltigkeit/soziale-verantwortung.html>

What actions does your company take when it finds evidence of indigenous rights violations in its supply chains?

If ROSSMANN is notified of such violations, an internal process is launched to establish the facts. To this end, all obtainable data concerning any allegations is gathered and affected suppliers are contacted along with other involved parties, where practical or necessary.

There may also be discussions with certification or consulting companies, depending on the nature of the allegations and the data available. Measures are then agreed and implemented on the basis of an overall assessment of the situation. In this context, ROSSMANN also relies on the responsibility to improve existing situations and, in the event of violations, to find the most sensible solution possible with the suppliers involved. Termination of the supplier relationship is also not ruled out. Saturn Petcare GmbH has confirmed to ROSSMANN that it takes such human rights violations very seriously and, if proven, will take appropriate measures up to and including the possible termination of supplier relationships.

Has your company ever blocked any supplier linked to Brazilian chicken due to concerns over indigenous rights violations? Can you provide details?

There has not yet been a case involving Brazilian chicken meat in connection with concerns about violations of the rights of indigenous peoples in relations with ROSSMANN suppliers. In the case cited by Earthsight, ROSSMANN has already initiated the above-mentioned review process together with the supplier Saturn Petcare GmbH and will continue to work on it as stated. In this regard, we would like to express our sincere thanks to you for providing the data and background information on this case.

What are your company's views on the need for legally binding regulations in the EU to ban commodities and derived products linked to indigenous rights violations from being imported to the single market?

ROSSMANN expressly welcomes the safeguarding of human rights and thus also the safeguarding of the rights of indigenous peoples. The UN Declaration on the Rights of Indigenous Peoples from 2007 also states the right of peoples to control the natural resources in their territories, reaffirming in particular that indigenous peoples are entitled to compensation for occupied, appropriated or damaged lands, resources and territories.

Even though this declaration was aimed at states, it makes sense to apply it to corporate activities. ROSSMANN is therefore using the German government's so-called NAP (National Action Plan) for Business and Human Rights from 2011 as a basis for implementing the UN Guiding Principles on Business and Human Rights (United Nations Guiding Principles on Human Rights). It should be emphasized here that the NAP has explicitly classified indigenous peoples as particularly vulnerable groups and that special attention must be paid to protecting them.

ROSSMANN advocates legal regulations that define equal responsibility for supply chains for all parties involved in the consumer goods trade. ROSSMANN views the challenges of the German Supply Chain Act (Lieferkettensorgfaltspflichtengesetz) as supplementary to its own aforementioned tools and measures being used to fulfil its responsibility in the context of global trade and reinforce compliance with ILO Convention 169 on the protection of indigenous peoples.

Furthermore, ROSSMANN is continuing to engage in dialogue with its suppliers. Besides ROSSMANN's corporate policy on social commitment, relevant legal developments on social, environmental and sustainability requirements are also being discussed. This is often the case when corresponding laws are only available in draft form. ROSSMANN also wishes to use this information policy to make foreign suppliers aware of the implementation of corresponding laws and engage in dialogue with them during the implementation of such laws.

EMPRESAS NO REINO UNIDO:

ALDI (UK)



Can I immediately assure you that Aldi takes any allegations of this kind very seriously and will investigate the matter further with our supplier. Westbridge Food Group confirmed that there is no link to Aldi from Brasília do Sul Farm. We are committed to respecting human rights and improving living and working conditions throughout our supply chains. We expect our business partners and other suppliers to also respect human rights and ensure that business activities comply with our human rights and environmental standards and policies.

As you may already know, Aldi has strict policies around how our suppliers use soy. Aldi accepts a range of certifications for deforestation-free soy feed benchmarked to the FEFAC guidelines, which has clear requirements on using land that has proven ownership with no unresolved claims with indigenous peoples. We are also a member of the Global Roundtable on Responsible Soy (RTRS), which works to promote responsible soy production.

Furthermore, we recognise the potential impacts that our sourcing can have and continue to work hard to protect the rights of everyone who takes part or is affected by our sourcing. Based on our

assessments, we develop strategies and continually improve our processes and practices.

Answer to follow up questions requesting evidence on the statements made on first reply:

To ensure product safety and legality, all own label food supplier manufacturing and supplying sites must have a Global Food Safety Initiative (GFSI) certification.



ASDA

I can confirm that no Asda products which are supplied to us via Westbridge originate on this continent.

We have robust criteria which all of our suppliers must follow to ensure all of our products are sourced responsibly, and details of those criteria can be found here: <https://www.asdasupplier.com/responsible-sourcing-supplier-standards>

We also have specific targets relating to the sustainable farming of Soya, you can see our commitments here: <https://www.asda.com/creating-change-for-better/better-planet/farming-and-nature#soy>

If you have any evidence suggesting that Asda products may be sourced from this region please do share that with me and I can look to investigate this with Westbridge.

Answer to follow up questions requesting evidence on the statements made on first reply:

We have traceability for all Westbridge products in our supply chain and every year Asda and Global Food Safety Initiative (GFSI) carry out own and third party audits on every supplier.



SAINSBURY'S

We have investigated this report and can confirm that none of our own brand chicken is sourced from LAR Cooperativa Agroindustrial in Brazil.

Sourcing products ethically and sustainably is important to us – this includes working to ensure our own brand products do not contribute to deforestation.

We have strict standards that all our suppliers have to meet, and we work with them to ensure that the products we sell are sustainably and ethically sourced. We want to treat people fairly throughout our business and supply chains and we remain committed to championing human rights.

Our Supplier Policy on Sustainable Sourcing outlines the employment practices and standards we expect from our suppliers, wherever in the world they may be. The policy is based on the Ethical Trading Initiative's (ETI) Base Code, the International Labour Organisation (ILO) core conventions and the Universal Declaration of Human Rights. Our aim is for the policy to be adopted as a minimum standard and to see suppliers' performance continuously improving. We are committed to respecting human rights across our value chain, by providing training, sharing our knowledge, and engaging in collaborative industry initiatives.

Answer to follow up questions requesting evidence on the statements made on first reply:

Westbridge does not source any of our own brand chicken from Brazil.

As Valley Foods is a branded product you would need to speak to the manufacturer. But I can say that we are in contact with them about this report.

EMPRESAS QUE NÃO RESPONDERAM AOS PEDIDOS DE COMENTÁRIO DA EARTHSIGHT:

Paulsen Food (Alemanha), Westbridge Foods (Reino Unido), KFC (Reino Unido), Iceland (Reino Unido), Onlinepets (dona da Vetsend e Medpets)

Lar Cooperativa Agroindustrial (Brasil), Coamo Agroindustrial Cooperativa (Brasil)

A família Jacintho também não respondeu aos pedidos de comentário da Earthsight.

REFERÊNCIAS

- 1** Embora a família Veron seja uma importante liderança dos Kaiowá, ela não é a única. Por décadas, outros indivíduos e famílias assumiram importantes papéis de liderança na luta dos Guarani Kaiowá para retornar às suas terras ancestrais. O fato deste relatório focar bastante na família Veron – devido à pesquisa e outras restrições – não deve servir para julgar a importância de papéis históricos de outras famílias.
- 2** Entrevistas com o antropólogo e historiador Jorge Eremites de Oliveira, a historiadora e professora de Direito Roseli Aparecida Stefanos Pacheco, o Procurador do Ministério Público Federal Marco Antonio Delfino e a liderança Indígena Valdelice Veron.
- 3** G1 Mato Grosso do Sul, 'MS tem maior número de homicídios entre indígenas do país em 2019, diz CIMI', 30 setembro de 2020, disponível em <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2020/09/30/ms-tem-maior-numero-de-homicidios-entre-indigenas-do-pais-em-2019-diz-cimi.ghtml> (acessado em 11/09/2022). Veja também os gráficos e suas fontes.
- 4** O Cerrado é um bioma tropical de savanas, campinas, florestas úmidas e secas que faz fronteira com a Amazônia e cobre a maior parte dos estados do norte e centro oeste do Brasil. O Pantanal envolve a maior área tropical alagada e de campos inundáveis do mundo, cobrindo partes do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e se estendendo pelas fronteiras com Bolívia e Paraguai. A Mata Atlântica ostenta uma exuberante biodiversidade e já se estendeu por milhares de quilômetros pela costa do Nordeste até os estados mais ao sul do país. Todos esses biomas no Mato Grosso do Sul, especialmente o Cerrado e a Mata Atlântica, sofreram com altíssimos níveis de desmatamento por décadas.
- 5** Os Guarani Kaiowá são uma de muitas etnias indígenas na América do Sul que fazem parte da família linguística Tupi-Guarani. Embora frequentemente considerados uma sub-etnia do povo Guarani, os Kaiowá também são retratados como um povo separado. Ver Instituto Socio Ambiental, "Guarani Kaiowá", disponível em https://pib.socioambiental.org/en/Povo:Guarani_Kaiow%C3%A1 (acessado em 07/03/2022); Paulo Roberto Cimó Queiroz, "Uma esquina nos confins da América: encontros e desencontros nos processos de povoamento e ocupação do território do atual Mato Grosso do Sul", de Graciela Chamorro e Isabelle Combès (ed), Povos Indígenas nos Mato Grosso do Sul: História, cultura e transformações sociais, 2015, UFGD Editora, disponível em https://www.secic.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/povos_indigenas_em_mato_grosso_do_sul.pdf (acessado em 21/09/2022). Por milhares de anos, os Guarani habitaram um vasto território de milhares de quilômetros quadrados na bacia do Rio da Prata, se estendendo pelas regiões centrais e do sul do Brasil, por todo o Paraguai, sudeste da Bolívia e norte da Argentina. Os Guarani Kaiowá, por sua vez, viveram majoritariamente na parte sul do Mato Grosso do Sul e no Paraguai. O Estado do Mato Grosso do Sul foi caracterizado como um "estado indígena" devido a uma longa história de ocupação por um elevado número de comunidades indígenas em vastas extensões de seu território. Ver SECIC, "Comunidades Indígenas, Mato Grosso do Sul", disponível em <https://www.secic.ms.gov.br/comunidades-indigenas-2/> (acessado em 07/03/2022).
- 6** Paulo Roberto Cimó Queiroz, "Uma esquina nos confins da América: encontros e desencontros nos processos de povoamento e ocupação do território do atual Mato Grosso do Sul", em Graciela Chamorro e Isabelle Combès (ed), Povos Indígenas no Mato Grosso do Sul: História, cultura e transformações sociais, 2015, UFGD Editora, disponível em https://www.secic.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/povos_indigenas_em_mato_grosso_do_sul.pdf (acessado em 21/02/2022). O último censo indígena ocorreu em 2010. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 43.000 Guarani Kaiowá viviam no estado no período, o que representa o terceiro maior grupo indígena do país. Ver G1 Brasil: "Censo mapeia etnias e línguas indígenas", 10/08/2012, disponível em <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/08/censo-mapeia-etnias-e-linguas-indigenas.html> (acessado em 10/03/2022).
- 7** Guerra travada entre Paraguai e uma aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai.
- 8** Usado por comunidades indígenas na produção de chá durante séculos, permaneceu popular no Uruguai, Paraguai, Argentina e sul do Brasil. Os Guarani Kaiowá e outras populações indígenas do Mato Grosso do Sul forneciam até 70% da mão de obra nas plantações de erva-mate, frequentemente trabalhando em condições análogas à escravidão. Entrevista com o antropólogo Levi Marques Pereira, que concluiu estudo da FUNAI sobre os Takuara em 2005, como será discutido posteriormente neste relatório.
- 9** Entre 1915 e 1918, o SPI estabeleceu oito reservas indígenas no Mato Grosso do Sul, cobrindo uma área de aproximadamente 18 mil hectares, ou menos de um por cento da área tradicionalmente ocupada pelos Kaiowá. As reservas frequentemente abrigavam milhares de pessoas em pequenas áreas. Até hoje, a reserva Caarapó, para onde os Kaiowá de Takuara foram enviados nos anos 1950, tem aproximadamente 6 mil pessoas vivendo em uma área de apenas 3.600 hectares. A Reserva de Dourados é ainda mais populosa, com 17 mil moradores dividindo 3.400 hectares, sem contar com água corrente ou rede de esgoto. Alcoolismo, abuso de drogas, depressão e suicídio são comuns entre indígenas forçados a viver nessas áreas. Ver Survival International, "New study reveals world's highest suicide rate among Brazilian tribe", 05/06/2014, disponível em <https://www.survivalinternational.org/news/10261> (acessado em 11/03/2022); Antônio Brand, "O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá", Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1993; Benites, Tônico Benites, "Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha", Tese de doutorado, Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional, 2014.
- 10** Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade reconheceu a remoção forçada das comunidades Guarani e seu confinamento em reservas como graves violações aos direitos humanos. Ver Anderson de Souza Santos, Luiz Henrique Eloy Amado e Dan Pasca (2021), "É muita terra para pouco índio? Ou muita terra na mão de poucos? Conflitos fundiários no Mato Grosso do Sul", Instituto Socioambiental, disponível em https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/conflitos_fundiarios_no_ms_-_versao_final_1.pdf (acessado em 30/03/2022).
- 11** Entrevista com Levi Marques Pereira, o antropólogo que liderou o estudo da FUNAI sobre os Takuara nos anos 2000.
- 12** A Pública, "Ditadura criou cadeias para índios com trabalhos forçados e torturas", 24/06/2013, disponível em <https://apublica.org/2013/06/ditadura-criou-cadeias-para-indios-trabalhos-forcados-torturas/> (acessado em 11/03/2022).
- 13** As concessões de Matte Larangeira foram canceladas em 1943, quando o governo federal promoveu a "Marcha para o Oeste", um programa de colonização das terras do sertão brasileiro através da expansão do cultivo do gado e de lavouras vistas como mais lucrativas que a erva mate, incluindo café. Como resultado, Matte Larangeira entrou em um longo período de declínio, culminando com sua falência, em 1966, quando a Argentina suspendeu a importação de erva mate. Ver Larissa Rodrigues Vacari de Arruda, "La Compania Matte Larangeira: las relaciones políticas de la primera multinacional latino-americana", ALACIP 2015 – VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, disponível em <https://alacip.org/cong15/pco-arruda8c.pdf> (acessado em 07/03/2022).
- 14** Matte Larangeira era dona de mais de 9.300 hectares da Takuara, o que era um território muito maior do que o tradicionalmente ocupado pelos Guarani Kaiowá. Ver pp. 187-217 da coleção de documento legais relacionados à Takuara publicado pelo Instituto Socioambiental, disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/processo-n-19996002001074-1-acao-de-reintegracao-de-posse-movida-por-jacintho> (acessado em 29/03/2022).

15 Levi Marques Pereira, 'Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da terra indígena Guarani/Kaiowá Taquara', Funai, Brasília, setembro de 2005.

16 Lunardelli fez fortuna investindo em terras baratas no centro-oeste brasileiro e no Paraguai. Ele chegou a ser dono de mais de 100.000 hectares de fazendas no Brasil e 350.000 no Paraguai. Conhecido como um dos últimos "barões do café", foi descrito na revista Time de 1954 como o doador de uma série de pinturas de Goya, Manet, Renoir, Degas e Cézanne para o então novo Museu de Arte de São Paulo, aberto em 1947. Lunardelli também teria sido um dos apoiadores do golpe militar de 1964 e foi envolvido no contrabando de armas usados pelas forças armadas brasileiras durante e depois do golpe, Ver Time, "Art. Senhor Robin Hood", 19/07/1954, disponível em <http://content.time.com/time/subscriber/article/0,33009,857507,00.html> (acessado em 11/03/2022); Fachin, V. S., Rodrigues, M. A. Z., Defacci, F. A. (org.), "Amambai: 70 anos de história", 2018, Seriem, disponível em <http://www.amambai.ms.gov.br/noticias/livro-amambai-70-anos-de-historia> (p. 199, acessado em 11/03/2022).

17 A agência foi substituída em 1967 pela FUNAI, órgão do governo federal responsável por promover os direitos fundiários indígenas e conduzir estudos sobre terras indígenas com o objetivo de facilitar seu reconhecimento oficial.

18 Um relatório do CIMI de 2020 revelou que o Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do Brasil e que violentos ataques contra populações indígenas são comuns no estado, resultando em casos de tortura e assassinato. Ver CIMI, "Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, 2020", disponível em <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf> (acessado em 07/03/2022).

19 Stefanos também contou à nossa investigação que "as ações dos fazendeiros são em grande parte motivadas por racismo. Não é tão somente sobre perder suas terras mas perdê-las para os índios, isso para eles é uma coisa inaceitável".

20 Informações repassadas por uma fonte que pediu anonimato.

21 Uma das vezes, na conhecida penitenciária Krenak, usada pelo regime militar para deter prisioneiros políticos e onde a tortura era corriqueira. Ver Ciclo de História, "Reformatório Krenak: campo de concentração indígena na ditadura militar", 9 Abril 2021, disponível em <https://cliohistoriaeliteratura.com/2021/04/09/reformatorio-krenak-campo-de-concentracao-indigena-na-ditadura-militar/> (acessado em 07/03/2022).

22 No final dos anos de 1990 e com diferentes graus de sucesso, os Guarani Kaiowá tentaram recuperar 19 lotes de terra no Mato Grosso do Sul que eram parte integrante de terras de diferentes comunidades indígenas tradicionais. Nove desses foram demarcados em algum momento pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Entrevista com Levi Marques Pereira.

23 Ato de retomar algo. Rosane Freire Lacerda, "A Pedagogia da Retomada: Uma contribuição das lutas emancipatórias dos povos indígenas no Brasil", in Revistas Interterritórios, 2021, disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interterritorios/article/download/250069/38045> (acessado em 07/03/2022).

24 Em 1987, o Mato Grosso do Sul estabeleceu o Departamento de Operações de Fronteira, uma força policial criada essencialmente para reprimir a causa indígena. Entrevistas com os antropólogos Levi Marques Pereira e Jorge Eremites.

25 Registros públicos de terra dos anos de 1920 a 1960 se referem às parcelas de terra como "Takuara". No entanto, como apontado em referência anterior, Takuara era de fato uma área muito maior ocupada por séculos pelos Guarani Kaiowá. Ver pp. 187-217 da coleção de documento legais relacionados a Takuara publicada pelo Instituto Socioambiental, disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/processo-n-19996002001074-1-acao-de-reintegracao-de-posse-movida-por-jacintho> (acessado em 29/03/2022).

26 Guarani Kaiowá e especialistas entrevistados pela nossa equipe mencionaram que os espaços confinados e a impossibilidade de caçar, pescar e praticar seus rituais sem restrições nas áreas de reservas intensificaram o desejo de retornarem às suas terras tradicionais. No entanto, estavam cientes de que seus sonhos teriam que se adaptar à perda das florestas nativas da Takuara e à contaminação de suas fontes de água por agrotóxicos.

27 Dois dias depois, num sábado, representantes da justiça acompanhados de forças policiais e representantes da FUNAI – a agência federal que substituiu o SPI e é incumbida com a tarefa de proteger direitos indígenas – chegaram ao acampamento. O sucesso da resistência da comunidade contou com o apoio da FUNAI, relutante em apoiar uma desocupação forçada. Ver pp. 73-74 da coleção de documentos legais relacionados à Takuara publicada pelo Instituto Socioambiental, disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/processo-n-19996002001074-1-acao-de-reintegracao-de-posse-movida-por-jacintho> (acessado em 29/03/2022).

28 A área foi primeiro adquirida pelo tenente Heitor Mendes Gonçalves do então estado do Mato Grosso. O Mato Grosso do Sul só foi criado em 1977 depois que o Mato Grosso foi dividido em dois estados. Tenente Gonçalves foi um oficial militar que primeiro adquiriu do Mato Grosso mais de 5.000 hectares de terra em Takuara em 1924. Em 1928, ele adquiriu mais terras na região, aumentando o tamanho de sua propriedade para 9.300 hectares, que foi então vendida para a Matte Larangeira e depois para Jacintho Honório da Silva Filho. Antes da propriedade de Gonçalves, a área era classificada como terra pública, dando ao estado o direito de vendê-la. Para demonstrar que a terra podia ser vendida, Gonçalves encomendou pesquisas para provar que ela era desocupada. De acordo com a lei brasileira do período, a presença indígena na região significaria que o Estado não poderia vendê-la para proprietários privados, já que as comunidades indígenas tinham os direitos sobre suas terras protegidos pela Constituição. Advogados dos movimentos indígenas criticam o estado do Mato Grosso por vender terras sem verificar se comunidades indígenas existiam na área, como será discutido mais à frente nesse relatório. Advogados de Brasília do Sul alegam que um mapa de 1952 do Ministério da Guerra não indicou a presença de comunidades indígenas na região. Ver pp. 187-217 e 297-305 da coleção de documento legais relacionados à Takuara publicado pelo Instituto Socioambiental, disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/processo-n-19996002001074-1-acao-de-reintegracao-de-posse-movida-por-jacintho> (acessado em 29/03/2022).

29 Ver pp. 280-281 da coleção de documento legais relacionados à Takuara publicado pelo Instituto Socioambiental, disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/processo-n-19996002001074-1-acao-de-reintegracao-de-posse-movida-por-jacintho> (acessado em 29/03/2022).

30 Procuradores também discordam do juiz a quem acusam de conduzir o caso de modo precipitado. Eles criticam o juiz por falhar em auferir todos os fatos, escutar todas as partes envolvidas e considerar o potencial de conflito violento. Eles lembraram o juiz que o direito à vida não deveria ser sobreposto pelo direito à propriedade privada. Durante o ano de 1999 e o começo dos anos 2000, procuradores apoiaram a posição da FUNAI e foram contra a ação de despejo da comunidade, pedindo que estudos antropológicos fossem feitos. A FUNAI e procuradores federais também foram contra a exclusão dos Guarani Kaiowá dos procedimentos legais. Apenas em outubro de 2000 que uma corte federal finalmente reconheceu essa deficiência e finalmente requisitou que a comunidade indígena fosse incluída, o que levou os advogados de Brasília do Sul a nomear Marcos Veron como réu no caso. Ver pp. 81-85, 95-99, 434, 548, 560-576 da coleção de documento legais relacionados à Takuara publicada pelo Instituto Socioambiental, disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/processo-n-19996002001074-1-acao-de-reintegracao-de-posse-movida-por-jacintho> (acessado em 29/03/2022).

- 31** O estudo foi conduzido pelo antropólogo Alceu Cotia Mariz. Registros históricos incluem a presença de comunidades na região no começo do século XX e sua remoção em 1953. Ver pp. 148-161 da coleção de documento legais relacionados à Takuara publicado pelo Instituto Socioambiental, disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/processo-n-19996002001074-1-acao-de-reintegracao-de-posse-movida-por-jacintho> (acessado em 29/03/2022).
- 32** Os argumentos foram baseados em proteções legais garantidas pelas Constituições de 1934 e de 1937, assim como outros instrumentos legais de 1936 e 1946. A FUNAI também alegou que o estado do Mato Grosso não tinha o direito de vender as terras já que a presença de indígenas na região significava que as terras não poderiam ser consideradas como terras públicas e, portanto, não poderiam ser postas à venda pelo governo estadual. Advogados da FUNAI demonstraram que os registros de terra no Mato Grosso eram caóticos e pouco confiáveis, o que supostamente invalidaria as alegações da família Jacintho de que seus títulos de propriedade datados dos anos de 1920 são suficientes para provar a ausência de indígenas na região. Documentos vistos por nossos pesquisadores mostram que a FUNAI queria comprar Brasília do Sul e devolvê-la aos Guarani Kaiowá mas não teve os recursos para fazê-lo, atribuindo ao governo federal a falha em alocar os recursos necessários no orçamento do órgão. Ver pp. 131-146 e 297-305 da coleção de documentos legais relacionados à Takuara publicado pelo Instituto Socioambiental, disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/processo-n-19996002001074-1-acao-de-reintegracao-de-posse-movida-por-jacintho> (acessado em 29/03/2022).
- 33** Juízes federais expediram novas ações de despejo no fim do mesmo ano, mas diante da resistência da comunidade e da FUNAI, no dia 30 de dezembro, a juíza federal Sylvia Steiner suspendeu as ordens. No ano seguinte, os Guarani Kaiowá e a família Jacintho trocaram acusações de violência, mas Marcos Veron e Jacintho Honório da Silva Filho assinaram acordos de convivência para aliviar as tensões. Documentos internos da FUNAI vistos pela Earthsight e pelo De Olho nos Ruralistas mostram que o órgão federal estava preocupado com os advogados da família Jacintho que repetidamente descreviam os Guarani Kaiowá como um grupo violento responsável por ataques a funcionários da fazenda e por invadir a sede de Brasília do Sul. O chefe do escritório da FUNAI no Mato Grosso escreveu a seus superiores em Brasília reafirmando que não existia qualquer evidência de tais ataques e que a comunidade era pacífica. Ver pp. 344-355, 365, 385-388, 464-466, 485-486, 529, 550-551, 598-600 da coleção de documento legais relacionados à Takuara publicado pelo Instituto Socioambiental, disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/processo-n-19996002001074-1-acao-de-reintegracao-de-posse-movida-por-jacintho> (acessado em 29/03/2022).
- 34** A ação de despejo foi expedida por uma corte federal em Dourados no dia 16 de Outubro de 2001. Instituto Socioambiental, "Índios do MS denunciam violência", 18/10/2001, disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/indios-do-ms-denunciam-violencia> (acessado em 29/03/2022).
- 35** De acordo com Valdelice Veron, que deu este testemunho dos eventos, balas de borracha foram usadas. Os Kaiowá foram retirados por caminhões e levados até às margens de uma rodovia, onde ficaram acampados por mais de um ano. Durante esse tempo, três crianças Guarani Kaiowá morreram de desnutrição e dois jovens cometeram suicídio.
- 36** A maior parte das descrições dos ataques contra a comunidade contidos nesse parágrafo e no próximo é baseada no testemunho dado por Ládio Veron à FUNAI, a que a Earthsight e o De Olho nos Ruralistas tiveram acesso. A exceção é a descrição do que aconteceu com Geisabel, que foi retirada do Campo Grande News, "Morte de Veron completa 16 anos com processo em aberto e réu centenário", 11/01/2019, disponível em <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/morte-de-veron-completa-16-anos-com-processo-em-aberto-e-reu-centenario> (acessado em 27/03/2022). De acordo com o testemunho de Ládio, no dia anterior ao ataque, no domingo de 12 de janeiro, forças policiais e o administrador da fazenda foram até a comunidade propondo negociações. O administrador teria dito para a comunidade que iria avisar Jacintho Honório da Silva Filho da situação. O trecho sobre Valdelice Veron correndo para o hospital é baseado no depoimento dado pela própria Valdelice.
- 37** De acordo com os procuradores, Marcos Veron morreu de traumatismo craniano. Os procuradores também disseram que no dia 12 de Janeiro um veículo com duas mulheres indígenas e quatro crianças foi perseguido por 8 km e alvejado por tiros. Ver Ministério Público Federal, "MPF/MS: Julgamento do caso Veron encerra ciclo de impunidade", 1 março de 2011, disponível em <http://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/noticias-ms/mpf-ms-julgamento-do-caso-veron-encerra-ciclo-de-impunidade> (acessado em 09/02/2022).
- 38** Sue Branford, "Chief Marcos Veron, Brazilian Indian leader who died fighting for his people's rights", The Guardian, 28 janeiro de 2003, disponível em <https://www.theguardian.com/news/2003/jan/28/guardianobituaries> (acessado em 08/02/2022).
- 39** De acordo com Valdelice Veron, entre esses estão incluídos os Kinikinau, Guató, Terena, Ofaié, Kayapó, Xucuru e Kaingang.
- 40** Folha de S. Paulo, "Justiça transfere para São Paulo julgamento do assassinato de líder indígena", 12/02/2009, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2009/02/502932-justica-transfere-para-sao-paulo-julgamento-do-assassinato-de-lider-indigena.shtml> (acessado em 9/02/2022); também em Ministério Público Federal, "MPF/MS: Julgamento do caso Veron encerra ciclo de impunidade", 1 Março de 2011, disponível em <http://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/noticias-ms/mpf-ms-julgamento-do-caso-veron-encerra-ciclo-de-impunidade> (acessado em 09/02/2022).
- 41** Um dos três permaneceu acusado de participação direta no assassinato de Veron por segurá-lo no chão enquanto outro homem – um fugitivo da justiça à época – o atacava. No entanto, ele foi inocentado do crime de assassinato. Ministério Público Federal, 'MPF/MS: Julgamento do caso Veron encerra ciclo de impunidade', 01/03/2011, disponível em <http://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/noticias-ms/mpf-ms-julgamento-do-caso-veron-encerra-ciclo-de-impunidade> (acessado em 09/02/2022). Os três acusados já haviam passado quatro anos e oito meses em prisão preventiva. Eles foram os únicos de todos os réus a enfrentar acusações em prisão preventiva. O fugitivo se entregou finalmente afinal em 2015, mas fontes contaram aos nossos pesquisadores que ele foi usado pelos acusados como boi de piranha. Promotores viram a sentença como uma vitória parcial já que eles esperavam que os acusados seriam condenados pelos crimes de homicídio e tentativa de homicídio. A defesa, por sua vez, comemorou o que eles viram como vereditos brandos comparados à sentença máxima nesses casos. Naquele momento, os procuradores ainda tinham esperanças de conseguir a condenação de Da Silva Filho. Ver também Correio Braziliense, "Acusado de matar cacique Guarani-Kaiowá é absolvido", 26/02/2011, disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2011/02/26/interior-brasil,239962/acusado-de-matar-cacique-guarani-kaiowa-e-absolvido.shtml> (acessado em 09/02/2022).
- 42** G1 MS, "Acusado de matar cacique se entrega 12 anos após crime, diz MPF em MS", 23 Jan 2015, available at <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2015/01/acusado-de-matar-cacique-se-entrega-12-anos-apos-crime-diz-mpf-em-ms.html> (acessado em 09/02/2022).
- 43** A primeira audiência no processo contra Jacintho Honório da Silva Filho e os outros 23 réus não sentenciados em 2011 ocorreu em 2017 no Mato Grosso do Sul. O foragido que se entregou em 2015 foi um dos réus nessas audiências. O homem absolvido de assassinato em

2011 deveria ser julgado novamente após uma apelação bem sucedida feita em 2015 pelos procuradores. Ver Campo Grande News, "Após 17 anos, acusados de matar Marcos Veron têm novo julgamento", 21/11/2017, disponível em <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/apos-17-anos-acusados-de-matar-marcos-veron-tem-novo-julgamento> (acessado em 09/02/2022).

44 Campo Grande News, "Ex-PM procurado por ataque a índios em 2003 é entregue à PF na fronteira", 28 Fevereiro de 2020, available <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/ex-pm-procurado-por-ataque-a-ndios-em-2003-e-entregue-a-pf-na-fronteira> (acessado em 09/02/2022).

45 Ibid. Sobre a alegação de que Rodriguinho forneceu as armas de fogo para o ataque, ver o resumo do habeas corpus expedido pelo Supremo Tribunal Federal em 2016, disponível em Diário de Justiça Eletrônico, disponível em <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=DJ&docID=10943295&pgl=76&pgF=80> (acessado em 25/03/2022).

46 Diário de Justiça Eletrônico, resumo da decisão do Supremo Tribunal Federal que concedeu o habeas corpus em 2016, disponível em <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=DJ&docID=10943295&pgl=76&pgF=80> (acessado em 25/03/2022).

47 Earthsight teve acesso às informações sobre a liberdade de Rodriguinho através da assessoria de imprensa do Tribunal Federal Regional da Terceira Região, que supervisiona a Primeira Corte Federal de Dourados/MS, onde o caso segue em curso.

48 Os procuradores acusaram Jacintho Honório de contratar os pistoleiros e fornecer os veículos, comida, armas e munição, além de planejar os ataques contra os Guarani Kaiowá nos dias 12 e 13 de janeiro de 2003. Ver Ministério Público Federal, "MPF/MS: Julgamento do caso Veron encerra ciclo de impunidade", 01/03/2011, disponível em <http://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/noticias-ms/mpf-ms-julgamento-do-caso-veron-encerra-ciclo-de-impunidade> (acessado em 09/02/2022).

49 Procuradores acusaram Jacintho Honório de subornar dois indígenas para que eles modificassem seus depoimentos sobre o assassinato de Veron. Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), Ação Penal – Procedimento Ordinário (283) nº 0002101-80.2007.4.03.6002, Sentença, disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/273342436/trf-3-judicial-i-interior-26-11-2019-pg-1416> (acessado em 25/03/2022).

50 Procuradores ainda colheram evidências e ouviram testemunhas em 2019. Campo Grande News, "Morte de Veron completa 16 anos com processo em aberto e réu centenário", 11/01/2019, disponível em <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/morte-de-veron-completa-16-anos-com-processo-em-aberto-e-reu-centenario> (acessado em 09/02/2022).

51 Conduzido pelo antropólogo Levi Marques Pereira, o estudo concluiu que havia uma marcante concentração de população Kaiowá residindo na área de disputa até o início dos anos 1950 e que "foi o próprio Serviço de Proteção aos Índios que, em 1953, removeu as famílias que ainda resistiam às pressões, transferindo-as à força para a Reserva Caarapó." Levi Marques Pereira, "Resumo do relatório circunstanciado de identificação e delimitação da terra indígena Taquara-MS", FUNAI, Brasília, setembro de 2005. Ver também Pick upau, "Funai delimita mais uma área para os Guarani-Kaiwa", 09/12/2005, disponível em https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/ns_a/arquivos/rel_ver_final_1.pdf (acessado em 08/03/2022).

52 Ibid. O antropólogo sustenta que a Takuara preenche os requisitos de uma "terra indígena tradicionalmente ocupada" de acordo com o Artigo 231 da Constituição de 1988 e deveria ser demarcada como tal. Uma das fontes de Pereira para o estudo foi a documentação do SPI dos anos de 1950 discutindo o despejo da comunidade, que pode ser

acessada em https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/ns_a/arquivos/rel_ver_final_1.pdf (acessado em 08/03/2022).

53 A "declaração" é uma etapa no longo processo de demarcação de terras indígenas no Brasil. O processo é concluído quando o presidente do país assina o status final da terra. Ver Ministério da Justiça, Portaria nº 954, de 4 de junho de 2010, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07/03/2010, p. 33, disponível em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/06/2010&jornal=1&pagina=33&totalArquivos=80> (acessado em 11/03/2022). Veja também Agência Brasil, "Governo não tem previsão sobre homologação da terra indígena em Mato Grosso do Sul", 13/06/2010, disponível em <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-06-13/governo-nao-tem-previsao-sobre-homologacao-de-terra-indigena-em-mato-grosso-do-sul> (acessado em 08/03/2022).

54 Eles novamente alegaram que nenhuma presença indígena jamais foi identificada na Takuara. Os proprietários da Brasília do Sul também alegaram que numerosas "invasões indígenas de propriedades rurais" no Mato Grosso do Sul foram incitadas pela má fé da FUNAI e de um professor universitário. Ver Diário de Justiça Eletrônico (DJe) nº 141, Medida Cautelar na Ação Cautelar 2.641 (532), 30 Jul 2010, pp. 85-88, disponível em https://www.stf.jus.br/arquivo/djEletronico/DJE_20100730_141.pdf (acessado em 12/04/2022).

55 Ibid. Na sua decisão, e adicionalmente à justificativa do marco temporal, Carmen Lúcia também argumentou que devido a muitas décadas de propriedade privada da terra não era possível decidir sobre a existência ou não de comunidades indígenas na área quando esta foi vendida pela primeira vez pelo estado do Mato Grosso.

56 CIMI, "Indígenas Guarani e Kaiowá denunciam ataques a tiros após retomada da Terra Indígena (TI) Lechucha no MS", 18/01/2016, disponível em <https://cimi.org.br/2016/01/38094/> (acessado em 30/03/2022); Supremo Tribunal Federal, Suspensão de Liminar 982, AI 00018215820164030000 – Tribunal Regional Federal da 3ª Região, 30 Jan 2020, disponível em <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15342277447&ext=.pdf> (acessado em 08/03/2022).

57 Em Julho de 2000, Jacintho Honório da Silva Filho e Marcos Veron assinaram um acordo estipulando que a comunidade não ocuparia nenhuma área além dos 97 hectares que ela havia ocupado em 1999 até que a justiça preferisse uma decisão final sobre o status da terra. Os proprietários de Brasília do Sul alegaram que qualquer ocupação pela comunidade para além da área acordada estaria violando o acordo. A comunidade, por outro lado, argumenta que estava cansada de esperar que a justiça seja feita e que suas terras ancestrais retornem a eles. Ver pp. 529, 550-551, 578-580 da coleção de documentos legais relacionados a Takuara publicada pelo Instituto Socioambiental, disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/processo-n-19996002001074-1-acao-de-reintegracao-de-posse-movida-por-jacintho> (acessado em 29/03/2022). Ver também o artigo do CIMI mencionado na nota de rodapé anterior.

58 CIMI, "Violência contra povos indígenas: Dados de 2016", disponível em https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2016-Cimi.pdf (acessado em 30/03/2022). Em Março de 2017, um helicóptero da Força Aérea pousou na área ocupada pelos Kaiowá. Homens mascarados desceram do helicóptero e por momentos mantiveram capturadas duas mulheres indígenas, de acordo com testemunhos dados a nossos pesquisadores por membros da comunidade.

59 Quando a justiça federal decidiu em favor do despejo em março de 2016, a FUNAI recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão alegando risco de conflito violento. O argumento foi aceito pelo STF, que anulou a decisão anterior. No entanto, os proprietários da Brasília do Sul recorreram ao STF, que então buscou a opinião da

Procuradoria Geral da República, que concordou com a decisão do STF. Em Janeiro de 2020, o presidente do STF José Antonio Dias Toffoli manteve a decisão anterior da corte contra o despejo, ao mesmo tempo em que reconheceu a posse legal da fazenda pela família de Jacintho. Ver Supremo Tribunal Federal, Suspensão de Liminar 982, AI 00018215820164030000 – Tribunal Regional Federal da 3ª Região, 30/01/2020, disponível em <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15342277447&ext=.pdf> (acessado em 08/03/2022).

60 Por exemplo, nas plantações de cana de açúcar, mandioca, eucalipto e maçã no Mato Grosso do Sul e estados vizinhos, frequentemente como trabalhadores sazonais. Entrevistas com o Procurador Público do Trabalho Jeferson Pereira, o Procurador do Ministério Público Federal Marco Antonio Delfino, o pesquisador indígena Eliel Benitez e o presidente da Associação de Trabalhadores Indígenas do Mato Grosso do Sul (ATIMS), José Carlos Pacheco.

61 Apesar de Jacintho ser o primeiro nome de Jacintho Honório da Silva Filho, sua esposa, Vanda Moraes Jacintho da Silva e as gerações seguintes da família adotaram o nome como parte de seus sobrenomes.

62 Glamurama, "Alegria e sofisticação na festa black tie pelos 100 anos de Jacintho Honório", disponível em <https://glamurama.uol.com.br/galeria/alegria-e-sofisticacao-na-festa-black-tie-pelos-100-anos-de-jacinto-honorio/> (acessado em 10/02/2022) (acessado em 10/02/2022).

63 Apesar de o próprio Gil não ter conseguido participar das comemorações devido a problemas de saúde. Veja o clipe da música "Jacintho" de Gilberto Gil em <https://www.youtube.com/watch?v=lahbWuLZrFQ>

64 Fazenda Brumado, 'E a boiada deu um salto', disponível em <https://fazendabrumado.com.br/gado-nelore/> (acessado em 11/03/2022).

65 Nas décadas de 1970 e 1980, o governo federal promoveu a adoção do gado Nelore em mais de 1.500 grandes fazendas resultando em mais de 2,5 milhões de cabeças de gado registradas na ocasião. Ver Conhecendo Santos e o Mundo, "O gado Nelore no Brasil", 20/04/2013, disponível em <http://cafeapasa.blogspot.com/2013/04/o-gado-nelore-do-brasil.html> (acessado em 08/03/2022). É estimado que 80% da carne de boi do Brasil hoje é de gado Nelore ou de raças derivadas, totalizando mais de 100 milhões de animais. Ver Associação Brasileira de Criadores de Nelore, <http://www.nelore.org.br/raca/historico> (acessado em 22/03/2022). A relação entre desmatamento e criação de Nelore no Brasil já foi amplamente estudada. Ver, por exemplo, Skidmore et al (2021), "Cattle ranchers and deforestation in the Brazilian Amazon: Production, location, and policies", *Global Environmental Change*, Vol 68, Maio de 2021, 102280, disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378021000595> (acessado em 29/03/2022).

66 Logo após a independência, o Brasil tornou-se um Império autodeclarado entre 1822 e 1889, quando se tornou uma República. O tataravô de Da Silva Filho migrou de Portugal para o Brasil ainda durante o período colonial, em 1790. Depois de um curto período trabalhando com mineração, ele se tornou fazendeiro. No século XIX, membros da família Da Silva Filho adquiriram títulos militares e se tornaram conhecidos como coronéis. Os coronéis foram um elemento comum da história do Brasil no século XIX e início do século XX. Eram membros da elite que subverteram as instituições públicas e fizeram uso de tropas armadas para proteger seus interesses econômicos e políticos pessoais. Veja Rainer Sousa, "A Guarda Nacional", disponível em <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/a-guarda-nacional.htm> (acessado em 22/02/2022).

67 A família de Jacintho Honório se estabeleceu no estado de Minas Gerais por muitos anos, mas se mudou para o estado de Goiás no começo do século XX para expandir seus negócios de criação de gado. Seu pai se tornou uma figura de liderança em Goiás sendo capaz de

influenciar muito do que acontecia no estado, principalmente nos bastidores. Ver Hora do Angelo Look, "Coronel Jacintho Honório e a cidade de Quirinópolis", 21/01/2012, disponível em <http://horadoangelook.blogspot.com/2012/01/claroes-coronel-jacinto-honorio-e.html> (acessado em 08/03/2022).

68 Fez isso alugando espaços de terra da fazenda para agricultores de soja. Entrevistas com fontes confidenciais da fazenda. Essa transição coincidiu com a Moratória da Soja, que banuiu a compra de soja de áreas desmatadas do bioma amazônico desde 2008, embora acelerando uma lucrativa expansão das lavouras de soja em outras partes do país. Ver Greenpeace, "10 years ago the Amazon was being bulldozed for soy – then everything changed", disponível em <https://www.greenpeace.org/usa/victories/amazon-rainforest-deforestation-soy-moratorium-success/> (acessado em 08/03/2022); H.K.Gibbs et al, "Brazil's Soy Moratorium", *Science Mag*, 23/01/2015, disponível em https://www.researchgate.net/publication/271213939_Brazil's_Soy_Moratorium (acessado em 14/03/2022).

69 Estudo da FUNAI de 2005 já reconheceu 9.700 hectares como a área total de Brasília do Sul e, portanto, a área que deveria ser demarcada para os Guarani Kaiowá. Registro de Imóveis da Comarca de Caarapó – MS, Livro No 2, Matrícula 13.259, 02/04/2012 (documento analisado pelo De Olho nos Ruralistas and Earthsight); Levi Marques Pereira, "Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da terra indígena Guarani/Kaiowá Taquara", Funai, Brasília, Setembro de 2005.

70 1º Ofício de Registro Público e de Protesto de Títulos Cambiais, Comarca de Caarapó, Cadeia Successória da Matrícula nº 04.943, Fazenda Brasília do Sul. Ver também pp. 6-7 e 213 da coleção de documentos legais relacionados à Takuara publicados pelo Instituto Socioambiental, disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/processo-n-19996002001074-1-acao-de-reintegracao-de-posse-movida-por-jacinto> (acessado em 29/03/2022).

71 Análise da Earthsight dos dados de propriedade disponíveis em várias fontes públicas, como o SIGEF, IBAMA e CAR.

72 De Olho nos Ruralistas, "Acusados de desmatamento no Pantanal avançam também sobre Bolívia e Paraguai", 21/10/2020, disponível em <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/10/21/acusados-de-desmatamento-no-pantanal-avancam-tambem-sobre-bolivia-e-paraguai/> (acessado em 11/02/2022).

73 Earthsight, "Grand Theft Chaco: The luxury cars made with leather from the stolen lands of an uncontacted tribe", setembro de 2020, disponível em <https://www.earthsight.org.uk/grandtheftchaco-en>

74 Earthsight, "Grand Theft Chaco", setembro de 2020, disponível em <https://www.earthsight.org.uk/grandtheftchaco-en>

75 Survival International, "Brazilian rancher vows to destroy uncontacted Indians' forest", 11/02/2014, disponível em <https://www.survivalinternational.org/news/9972>, (acessado em 11/02/2022).

76 O fazendeiro que em 2014 e 2019 importou dois Porsches Cayennes zero quilômetro da Alemanha para o Paraguai (ver Import Genius, <https://www.importgenius.com/paraguay/importers/marcelo-bastos-ferraz> (acessado em 11/02/2022)) é proprietário de duas holdings em Londres, Mayfair Worldwide LLP and Knightsbridge Worldwide LLP (Ver o Cartório de Registro de propriedades do Governo do Reino Unido (<https://find-and-update.company-information.service.gov.uk/>) para as empresas OC360477 e OC360479 (consultadas em 11/02/2022)). No Mato Grosso do Sul, Bastos Ferraz também é dono da fazenda Kurupay, que ele aluga para a gigante de alimentos e biodiesel Adecoagro. Ver De Olho nos Ruralistas, "Barão da carne avança em terra Ayoreo; no MS, família é ré no caso Marcos Veron", 20/03/2018, disponível em <https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2018/03/20/no->

chaco-barao-da-carne-avanca-em-terra-ayoreo-no-ms-familia-e-re-no-caso-marcos-veron/ (acessado em 14/03/2022). O megainvestidor George Soros foi um dos primeiros patrocinadores da Adecoagro. Ver Nasdaq, "George Soros Buys Altaba Inc, EQT Corp, Viavi Solutions Inc, Sells Adecoagro SA, Hewlett ...", setembro de 2017, disponível em <https://www.nasdaq.com/articles/george-soros-buys-altaba-inc-eqt-corp-viavi-solutions-inc-sells-adecoagro-sa-hewlett-0> (acessado em 14/03/2022).

77 De Olho nos Ruralistas, "Dupla brasileira investe no Chaco, no sudeste do Pará e prospecta no Piauí", 11/06/2018, disponível em <https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparagui/2018/06/11/dupla-brasileira-investe-no-chaco-no-sudeste-do-para-e-prospecta-no-piaui/> (acessado em 14/03/2022); Liliana Raquel Cardozo Ocampos, "El agro paraguayo y el subimperialismo brasileiro", Universidade Federal da Integração Latino-Americana, 2018, disponível em <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/4321/Trabajo%20de%20Conclusi%C3%B3n%20FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y> (acessado em 09/03/2022). Ver também Earthsight, "Grand Theft Chaco II: The vice continues", outubro de 2021, <https://www.earthsight.org.uk/news/analysis-grand-theft-chaco-ii-the-vice-continues>, que mostra imagens de satélite do desmatamento em 2020 e 2021 nas propriedades BBC e River Plate. De Biasi vem de uma família tradicional de São Paulo do ramo da madeira e do agronegócio que é dona de fazendas e plantações de madeira no sudeste e na Amazônia. De Biasi é conselheiro da Sociedade Rural Brasileira, que tem ligações com o poderoso lobby do agronegócio no Congresso. Ver Consulta Sócio, <https://www.consultasocio.com/q/sa/gino-de-biasi-neto?page=2> e Sociedade Rural Brasileira, <https://srb.org.br/a-rural/>

78 Em 2010, Jacintho Honório recebeu o ex-governador de São Paulo e ex-deputado federal Paulo Maluf – político procurado pela Interpol e impedido de deixar o Brasil – e Michel Temer, que viria a ser o presidente do Brasil em 2016. Época, Caderno Gente, 13/10/2010, disponível em <https://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,EMI159475-15518,00.html> (acessado em 14/03/2022).

79 Em 2014, Jacintho Honório fez uma doação à campanha eleitoral de Tereza Cristina para a Câmara. Como deputada, Cristina foi presidente da Frente Parlamentar do Agronegócio, o mais poderoso lobby ruralista do congresso. Cristina, ela própria uma fazendeira e Ministra da Agricultura durante o governo Jair Bolsonaro até o final de março de 2022, teve papel importante no apoio do agronegócio à campanha de Bolsonaro em 2018. Ver De Olho nos Ruralistas, 'Artífice do apoio ruralista a Bolsonaro, deputada do MS legisla em prol dos seus financiadores', 01/10/2018, disponível em <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/10/02/artifice-do-apoiaruralista-a-bolsonaro-deputada-do-ms-legisla-em-prol-dos-seus-financiadores/> (acessado em 14/03/2022). Perguntada em 2014 sobre a doação de campanha vinda de um acusado em um caso de assassinato, Cristina disse ter sido amiga da família de Da Silva Filho por um longo período e que o fazendeiro nunca foi incriminado no assassinato. Folha de S. Paulo, 'Futura ministra da Agricultura, Tereza Cristina recebeu doação de réu por assassinato de líder indígena em MS', 20 Nov 2018, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/11/futura-ministra-da-agricultura-tereza-cristina-recebeu-doacao-de-reu-por-assassinato-de-lider-indigena-em-ms.shtml> (acessado em 14/03/2022). Em março de 2022, Cristina deixou o Ministério da Agricultura para concorrer a uma cadeira no Senado nas eleições de outubro. Ver Correio Braziliense, "De olho no Senado, Tereza Cristina deixa Ministério da Agricultura, 31/03/2022, disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/03/4997274-de-olho-no-senado-tereza-cristina-deixa-ministerio-da-agricultura.html> (acessado em 11/04/2022). Em 2014, Da Silva Filho também fez uma doação à campanha de Ronaldo Caiado ao Senado. Agora Governador do Estado de Goiás, Caiado é o fundador da União Democrática Ruralista (UDR). Desde os anos de 1980, líderes da UDR foram envolvidos em dezenas de assassinatos, incluindo o do ambientalista mundialmente conhecido Chico Mendes. Ver De Olho nos Ruralistas, 'Responsável por popularizar termo "ruralista", Caiado tem 14 fazendas em Goiás', 30/09/2018, disponível em

<https://deolhonosruralistas.com.br/2018/09/30/responsavel-por-popularizar-termo-ruralista-caiado-tem-14-fazendas-em-goias/> (acessado em 14/03/2022).

80 Documentos públicos sobre o financiamento de campanha mostram uma doação de uma das filhas de Da Silva Filho no valor de R\$ 1 mil para a campanha de Bolsonaro. Ver Tribunal Superior Eleitoral, Prestação de contas eleitorais – 2018, disponível em <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/prestacao-de-contas-eleitorais-2018> (acessado em 29/03/2022). Para pesquisar doações, faça o download de um dos arquivos CSV do banco de dados. Membros da família também ajudaram a organizar atos políticos em favor de Bolsonaro. Uma das netas de Da Silva Filho escreveu em um post no Instagram em 2018: "Que Deus guie Bolsonaro todos os dias!... Orgulhosa de você (referindo-se ao marido dela) por organizar os dois maiores atos pró-Bolsonaro." O post, de que a Earthsight e o De Olho nos Ruralistas obteve a foto, foi desde então apagado.

81 Folha de S. Paulo, 'Paulo Guedes não apita em política, diz Bolsonaro em almoço com empresárias', 30 Apr 2021,30/04/2021, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/paulo-guedes-nao-apita-em-politica-diz-bolsonaro-em-almoco-com-empresarias.shtml> (acessado em 14/03/2022).

82 Trase Insights, 'Brazilian chicken: A thousand times lower deforestation risk than beef exports', <https://insights.trase.earth/yearbook/contexts/brazil-chicken/> (acessado em 14/02/2022).

83 Baseado em conversas com fontes confidenciais em Brasília do Sul.

84 Lar Comunicação, 'Lar inaugura complexo industrial em Caarapó em MS', 01/12/2020, disponível em <https://www.lar.ind.br/lar-inaugura-complexo-industrial-em-caarapo-em-ms/> (acessado em 28/03/2022); O Presente Rural, 'Cooperativa Lar projeta dobrar faturamento e no de funcionários', 03/09/2021, disponível em <https://opresenterural.com.br/cooperativa-lar-projeta-dobrar-faturamento-e-no-de-funcionarios/> (acessado em 28/03/2022); O Presente Rural, 'Lar se torna a quarta potência da avicultura brasileira', 04/03/2021, disponível em <https://opresenterural.com.br/lar-se-torna-a-quarta-potencia-da-avicultura-brasileira/> (acessado em 28/03/2022).

85 A indústria produz refeições de soja com alto valor proteico, farelo de soja, óleo de soja e biodiesel. Lar recebeu recursos do estado do Mato Grosso do Sul para sua abertura. Ver Avicultura Industrial, 'Cooperativa Lar inaugura complexo industrial de soja em Caarapó', 01/12/2020, disponível em <https://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/cooperativa-lar-inaugura-complexo-industrial-de-soja-em-caarapo/202101092349-y878> (acessado em 08/03/2022); e um vídeo institucional da Lar em https://www.youtube.com/watch?v=N04ArT-Q8_k (acessado em 08/03/2022).

86 Avinews Brasil, "Lar planeja investir R\$ 350 mi em complexo industrial de Medianeira", 25/01/2021, disponível em <https://avicultura.info/pt-br/lar-cooperativa-medianeira-350-milhoes/> (acessado em 09/03/2022); O Presente, "Lar amplia capacidade de produção da fábrica de rações de Entre Rios do Oeste", 19 Feb 2022, disponível em <https://www.opresente.com.br/municipios/lar-amplia-capacidade-de-producao-da-fabrica-de-racoes-de-entre-rios-do-oeste/> (acessado em 09/03/2022); Lar Comunicação, "Com o apoio do Estado, Lar anuncia investimento de R\$ 2,4 bilhões", 10/02/2021, disponível em <https://www.lar.ind.br/com-apoio-do-estado-lar-anuncia-investimento-de-r-24-bilhoes/> (acessado em 09/03/2022). No Brasil, a Lar também é dona de redes de supermercado e postos de gasolina além de produzir uma extensa lista de produtos para o consumidor final com sua própria marca. Ver o site da Lar em <https://www.lar.ind.br/en/home-en/>

87 Lar Cooperativa Agroindustrial, "Novo complexo industrial da Lar em Caarapó-MS", 14/09/2020, publicado por OCB/MS, disponível em <http://ocbms.org.br/noticia/novo-complexo-industrial-da-lar-em-caarapo-ms/6852/> (acessado em 08/03/2022).

REFERÊNCIAS

- 88** Embrapa, "Brazil is the world's fourth largest grain producer and top beef exporter, study shows", 01/06/2021, disponível em <https://www.embrapa.br/en/busca-de-noticias/-/noticia/62619259/brazil-is-the-worlds-fourth-largest-grain-producer-and-top-beef-exporter-study-shows> (acessado em 14/02/2022).
- 89** Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), "Poultry and products annual", 02/09/2021, disponível em https://usdabrazil.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Poultry-and-Products-Annual_Brasilia_Brazil_09-01-2021-1.pdf (acessado em 14/02/2022).
- 90** Money Times, "Brasil caminha para recordes de produção e exportação de carne suína e aves em 2021", por Reuters, disponível em <https://www.moneytimes.com.br/producao-e-exportacao-de-carne-suina-e-de-frango-do-brasil-devem-ser-recordes-em-2021/> (acessado em 14/02/2022).
- 91** Ibid
- 92** Ana Mano, "UPDATE 2-Brazil in talks increase chicken exports to the UK, ABPA says", Reuters, 29/09/2021, disponível em <https://www.reuters.com/article/brazil-meat-idUSL1N2QV1PD> (acessado em 14/02/2022).
- 93** Análise da Earthsight de dados do comércio exterior extraídos do governo do Reino Unido "UK Trade Info database", disponível em <https://www.uktradeinfo.com/trade-data/ots-custom-table/>. Os 70% de crescimento nas importações do Reino Unido se referem ao código HS 0207 para o período entre 2017 e 2021.
- 94** Datamar News, "Chicken meat exports grow 19.7% in January", 07/02/2022, disponível em <https://www.datamarnews.com/noticias/chicken-meat-exports-grow-19-7-in-january/> (acessado em 14/02/2022).
- 95** Análise da Earthsight de dados de comércio da Panjiva.
- 96** Baseado apenas nos dados da Panjiva sobre a exportação de produtos de frango para consumo humano. Westbridge é o cliente mais importante da Lar para frangos marinados no Reino Unido, sendo responsável por 68% das importações. No segmento de frangos congelados, Westbridge é ainda mais importante para a exportadora brasileira, sendo responsável pela compra de 85% de toda a exportação da Lar para o Reino Unido.
- 97** Westbridge, 'Our Clients', disponível em <https://www.westbridgefoods.com/poultry-food-chicken-supplier-clients.php> (acessado em 27/04/2022).
- 98** Westbridge Food Group Ltd, "Westbridge wins double KFC award", disponível em <https://www.westbridgefoods.com/news/westbridge-wins-double-kfc-award.php> (acessado em 13/02/2022).
- 99** Baseado nas exportações da Lar apenas de produtos de frango para consumo humano.
- 100** De acordo com documentos do governo alemão vistos pela Earthsight, Hertisto AG ainda mantinha 5% das ações da Paulsen até 2019, quando CPF adquiriu todas as ações.
- 101** Pelas respostas enviadas à Earthsight, fica claro que nenhuma das duas companhias contesta suas ligações com a Paulsen. Além disso, os revendedores que adquirem comida para animais domésticos da Saturn e da Animonda admitem ligações com ambas as firmas e, por extensão, com a Paulsen e Lar. Veja a resposta completa das empresas (em inglês) em <https://www.earthsight.org.uk/media/download/1301>
- 102** A Earthsight visitou os revendedores citados e conduziu pesquisa online para identificar os produtos feitos pela Saturn. Esse trabalho foi possível graças aos códigos criados para normas sanitárias associados às fábricas da Saturn na Alemanha e Holanda e que são encontrados nas embalagens dos produtos comercializados.
- 103** Baseado em pesquisa online dos revendedores da Animonda e nos websites de seus revendedores.
- 104** Mighty Earth, 'Report 15: Soy and cattle in Paraguay', Rapid Response reports, originalmente publicado em julho de 2020, atualizado em setembro de 2020, disponível em <https://www.mightyearth.org/wp-content/uploads/2Paraguay-Report-September-2020-version1.pdf> (acessado em 28/03/2022).
- 105** MercoPress, 'Drought hits Paraguayan soybean production', 25/03/2022, disponível em <https://en.mercopress.com/2022/03/25/drought-hits-paraguayan-soybean-production> (acessado em 28/03/2022).
- 106** Coamo Notícias, 'A força da soja na exportação de alimentos', 10/06/2021, disponível em <http://www.coamo.com.br/site/noticia/2762/a-forca-da-soja-na-exportacao-de-alimentos> (acessado em 09/03/2022). No Brasil, a Coamo produz uma gama de farinhas, misturas de tortas, margarinas, óleo e gorduras vegetais. Ver <https://coamoalimentos.com.br/produtos> (acessado em 13/02/2022).
- 107** Análise da Earthsight a partir dos dados de comércio da Panjiva.
- 108** Base de dados publicada pelo Offshore Leaks Database, Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos, disponível em <https://offshoreleaks.icij.org/nodes/85018042> (acessado em 09/03/2022).
- 109** Procuradores no Mato Grosso do Sul se referiram ao caso como um massacre. Ver Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, "MPF denuncia criminalmente produtor rural que ameaçou procuradores da República por atuação no tema indígena", 28/01/2019, disponível em <http://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/noticias-ms/mpf-denuncia-criminalmente-produtor-rural-que-ameacou-procuradores-da-republica-por-atuacao-no-tema-indigena> (acessado em 08/04/2022).
- 110** Clodiode Rodrigues Souza foi assassinado com pelo menos dois tiros. Seis indígenas, incluindo uma criança de 12 anos, foram levados ao hospital com ferimentos de tiros de armas de fogo. Os atacantes também atearam fogo nas propriedades da comunidade. Cinco fazendeiros ligados à violência esperam pelo julgamento em liberdade. Procuradores também acusaram sete empregados da Coamo por falso testemunho depois que eles relataram não ter testemunhado nenhum movimento atípico de caminhões ou pessoas nas instalações naquele dia, o que contradiz as evidências reunidas pelos procuradores. Ver De Olho nos Ruralistas, "Ataque a indígenas em Caarapó, há três anos, foi articulado por WhatsApp", 16/06/2019, disponível em <https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoms/2019/06/16/ataque-a-indigenas-em-caarapo-ha-tres-anos-foi-articulado-por-whatsapp/> (acessado em 30/03/2022); CIMI, "Violência contra os povos indígenas no Brasil: Dados de 2016", disponível em https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2016-Cimi.pdf (acessado em 30/03/2022).
- 111** Durante uma visita ao Mato Grosso do Sul em março de 2016, três meses antes do "Massacre do Caarapó", a enviada especial das Nações Unidas para direitos de povos indígenas, Victoria Tauli-Corpus, alertou o governo brasileiro a não subestimar o risco de ataques violentos contra comunidades indígenas no estado. Ver BBC Brasil, "Tragédia anunciada: ONU 'previu' mortes indígenas em MS há três meses", 20/06/2016, disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36565454> (acessado em 30/03/2022).
- 112** Earthsight, "Grand Theft Chaco: The luxury cars made with leather from the stolen lands of an uncontacted tribe", setembro de 2020, disponível em <https://www.earthsight.org.uk/grandtheftchaco-en>. Ver também a investigação completa em <https://www.earthsight.org.uk/investigations/grand-theft-chaco>
- 113** Greenpeace, "Destruction: Certified", abril de 2021, disponível em

https://www.greenpeace.org/static/planet4-international-stateless/2021/04/b1e486be-greenpeace-international-report-destruction-certified_finaloptimised.pdf (acessado em 09/03/2022).

114 Ver Cassie Dummett and Arthur Blundell (2021), "Illicit Harvest, Complicit Goods: The State of Illegal Deforestation for Agriculture, 2021", Forest Trends, disponível em <https://www.forest-trends.org/wp-content/uploads/2021/05/Illicit-Harvest-Complicit-Goods.pdf> (acessado em 30/03/2022); Sam Lawson (2014), "Consumer Goods and Deforestation: An Analysis of the Extent and Nature of Illegality in Forest Conversion for Agriculture and Timber Plantations", Forest Trends, disponível em https://www.forest-trends.org/wp-content/uploads/imported/for168-consumer-goods-and-deforestation-letter-14-0916-hr-no-crops_web-pdf.pdf (acessado em 30/03/2022).

115 Ver Sam Lawson, "Consumer goods and deforestation: An analysis of the extent and nature of illegality in forest conservation for agriculture and timber plantations", Forest Trends, setembro de 2014, disponível em https://www.forest-trends.org/wp-content/uploads/imported/for168-consumer-goods-and-deforestation-letter-14-0916-hr-no-crops_web-pdf.pdf (acessado em 25/04/2022).

116 Um relatório feito em 2021 pela Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) da ONU e o Fundo de Desenvolvimento dos Povos Indígenas na América Latina e Caribe (FILAC) considerara os povos indígenas como os que certamente mais protegem as florestas da região. De acordo com o relatório, territórios indígenas tendem a prevenir desmatamento tão bem ou melhor do que outras áreas de proteção. Ver o relatório inteiro em <https://www.fao.org/americas/publicaciones-audio-video/forest-gov-by-indigenous/en/> (acessado em 09/03/2022).

117 Para garantir que os produtos sejam feitos de acordo com as leis locais dos países e que não têm relação com desmatamento, a proposta de regulação depende de que haja fiscalização em toda a cadeia produtiva combinado com a exigência de rastreabilidade total até o ponto de produção.

118 Atualmente, a definição "livre do desmatamento" estabelece uma data limite em 31 de dezembro de 2020 nas regulações. Isso significa que apenas os produtos no escopo do regulamento produzidos em terras sujeitas a desmatamento ou degradação florestal nessa data ou após essa data estão proibidos de entrar ou existir no mercado da UE. Organizações da sociedade civil, incluindo a Earthsight, pediram uma data limite bem antes de 2020, para evitar recompensar o desmatamento recente e evitar minar iniciativas como a Moratória da Soja da Amazônia, que visa impedir a venda de soja de áreas desmatadas na Amazônia após 2008. Veja <https://www.earthsight.org.uk/news/civil-society-position-statement-proposed-eu-regulation>

119 Instrumentos Internacionais a serem considerados deveriam incluir: o Pacto Internacional dos Direitos Civil e Político, o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a Declaração sobre os Direitos dos Camponeses da ONU e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

120 Organizações ambientais e de direitos humanos, incluindo a Earthsight, vêm pressionando o Conselho e o Parlamento a reforçarem as provisões voltadas aos direitos indígenas na proposta. Veja <https://www.earthsight.org.uk/news/civil-society-position-statement-proposed-eu-regulation>. Vinte e duas associações de povos indígenas e comunidades locais, com o apoio de 169 organizações de direitos humanos e ambientalistas aliadas, pediram com veemência que a EU incorpore um requerimento para negócios respeitarem os direitos adquiridos de povos indígenas e comunidades locais conforme o requerido por leis internacionais de direitos humanos, e respeitarem o direito de defensores da floresta de realizarem seu trabalho sem retaliação. Veja https://www.fern.org/fileadmin/uploads/fern/Documents/2022/EN_Op_en_Letter_-_Land_Rights_Final_.pdf

121 A Constituição do Brasil de 1988 garante uma série de direitos indígenas, incluindo o direito às suas terras ancestrais, através dos artigos 20, 22, 49, 67, 109, 129, 176, 210, 215, 231, 232. Ver Ministério da Educação, "Direitos Indígenas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988", disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/cf.pdf> (acessado em 28/03/2022). Além disso, em 2002 o Brasil ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho que garante às comunidades indígenas o direito de participação ativa nas decisões que as afetam. Veja Instituto Socioambiental, "Consulta livre, prévia e informada na Convenção 169 da IT", disponível em https://especiais.socioambiental.org/inst/esp/consulta_previa/index9c1e.html?q=convencao-169-da-oit-no-brasil (acessado em 28/03/2022).

122 Mongabay, "Brazil's Bolsonaro presses anti-indigenous agenda; resistance surges", 27/06/2019, disponível em <https://news.mongabay.com/2019/06/brazils-bolsonaro-presses-anti-indigenous-agenda-resistance-surges/> (acessado em 28/03/2022); Reuters, "Bolsonaro suffers setback on bill to mine indigenous lands", 09/03/2022, disponível em <https://www.reuters.com/business/environment/bolsonaro-pushes-mining-brazils-indigenous-lands-citing-fertilizer-pinch-2022-03-09/> (acessado em 28/03/2022); NBC News, "Bolsonaro should be tried for crimes against humanity, Indigenous leaders say", 24/06/2021, disponível em <https://www.nbcnews.com/news/world/bolsonaro-should-be-tried-crimes-against-humanity-indigenous-leaders-say-n1272193> (acessado em 28/03/2022).

123 Enquanto a Constituição do Brasil garante os direitos da terra indígena e a Funai argumenta que a propriedade privada na Takuara deveriam ter sido consideradas ilegais por décadas porque violam vários instrumentos legais (ver pp. 395-422 em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/processo-n-19996002001074-1-acao-de-reintegracao-de-posse-movida-por-jacinto>), é possível que as autoridades europeias que farão cumprir a próxima legislação da UE terão dificuldade para estabelecer claramente a ilegalidade de uma fazenda que foi registrada e demarcada pelo estado. Indiscutivelmente, este é especialmente o caso quando o sistema judiciário dos países produtores acham difícil decidir sobre conflitos de terras indígenas devido a prioridades concorrentes entre os direitos indígenas e os direitos dos proprietários (ver pp. 344-355 do documento vinculado acima). Essa situação ilustra a necessidade de disposições mais fortes no regulamento final que garantam que as cadeias de suprimentos não estejam vinculadas a fazendas que violem os direitos das comunidades locais, independentemente das ações ou omissões dos governos ou tribunais nos países produtores.

124 As commodities incluídas no regulamento proposto são gado, cacau, café, dendê, soja e madeira. A proposta abrange também vários produtos derivados destas mercadorias, nomeadamente os que estão listados por referência aos seus Códigos HS no Anexo I do regulamento: https://ec.europa.eu/environment/system/files/2021-11/COM_2021_706_1_EN_annexe_proposition_part1_v4.pdf

125 Ver Earthsight, "Civil society position statement on the proposed EU regulation on deforestation-free products", 03/02/2022, <https://www.earthsight.org.uk/news/civil-society-position-statement-proposed-eu-regulation>

126 A proposta de regulação da União Europeia, como está hoje, não tem provisões para que as comunidades afetadas em países produtores apresentem queixas contra empresas – a partir de mecanismos de queixas formais – ou que estas possam acionar a justiça da UE. O ato regulatório do meio ambiente no Reino Unido é igualmente omissivo na questão, apesar de extensas manifestações da sociedade civil pedindo a inclusão de provisões de proteção de comunidades indígenas. Ver o compromisso público preparado pela Client Earth e apoiado por 20 acadêmicos e organizações, incluindo a Earthsight, disponível em https://www.clientearth.org/media/i1hmx1vc/endorsing-the-end-of-the-amazon-brazil-uk-policy-brief_10-09-21.pdf (acessado em 01/04/2022).

- 127** A tabela 17, Parte 1, Parágrafo 2, afirma que leis locais relevantes para coibir o uso de commodities produzidas ilegalmente são as leis que (a) dizem respeito à propriedade da terra em que o produto foi plantado, criado ou cultivado (b) dizem respeito ao uso dessa terra ou (c) dizem respeito a determinada terra e estão especificadas em regulações feitas pela Secretaria de Estado. Os requerimentos legais das leis do Reino Unido, portanto, parecem ser mais restritos que os da União Europeia e geralmente não incluem leis nacionais de direitos humanos.
- 128** As opções apresentadas pela DEFRA na consulta pública sobre a implementação de regras ficou bem aquém do necessário para endereçar desmatamentos causados pelo Reino Unido em terras estrangeiras considerando a iminente emergência climática. A consulta fez os participantes escolherem entre incluir somente duas commodities que ameaçam as florestas nas novas regras ou ter de esperar até cinco anos para sua implementação começar se a lei fosse cobrir mais de duas commodities. Também sugeriu limitar as novas medidas a companhias com faturamento anual de mais de 200 milhões de libras e volume de importações e exportações de mais de 1000 toneladas. Muitas Ongs, incluindo a Earthsight, estimaram que, com base nas opções apresentadas na consulta pública, o Reino Unido continuaria contribuindo com o desmatamento de florestas tropicais em áreas equivalentes à Berlim até o ano de 2030. Ver a carta enviada pela DEFRA para 11 organizações em março de 2022, disponível em <http://www.ngoforestcoalition.org/media.ashx/open-letter-march-2022.pdf> (acessado em 01/04/2022).
- 129** Comissão Europeia, "Proposal for a Directive on corporate sustainability due diligence and annex", 23/02/2022, disponível em https://ec.europa.eu/info/publications/proposal-directive-corporate-sustainable-due-diligence-and-annex_en (acessado em 07/03/2022).
- 130** Julia Christian, "Corporate due diligence proposal could improve access to justice, but contains fundamental weaknesses", Fern, 4/03/2022, disponível em <https://www.fern.org/publications-insight/corporate-due-diligence-proposal-could-improve-access-to-justice-but-contains-fundamental-weaknesses-2476/> (acessado em 07/03/2022).
- 131** Pereira contou à Earthsight e ao De Olho nos Ruralistas que durante uma de suas primeiras visitas à Brasília do Sul para se reunir com o fazendeiro e sua equipe de advogados, Da Silva Filho instalou microfones debaixo da mesa para gravar a reunião. De acordo com Pereira, isso foi flagrado por um astuto funcionário da Funai que fingiu ter deixado uma caneta cair. Em outra ocasião, Pereira foi secretamente fotografado na Brasília do Sul. No dia seguinte, sua foto saiu em um jornal local com declarações que ele não tinha feito.
- 132** Proprietários de terra e o estado tentam há tempos desqualificar a luta dos Guarani Kaiowá. Matte Laranjeira e colonos chegavam a se referir aos indígenas como "paraguaios" em tentativa de ignorar sua presença e retratá-los como estrangeiros. O historiador e antropólogo Jorge Eremites de Oliveira contou a nossos pesquisadores que "documentos da Matte Laranjeira retratam os Guarani Kaiowá como paraguaios, mas eles não são paraguaios. Eles habitaram essas terras por pelo menos 1.500 anos."
- 133** Fontes do movimento indígena entrevistadas pelos nossos pesquisadores acreditam que Jacintho Honório usou sua influência para pressionar o STF a suspender o processo de demarcação em 2010.
- 134** Entrevistas com Valdelice Veron e Tonico Benites.
- 135** Ver pp. 81-85 e 116-120 da coleção de documentos legais relacionados à Takuara publicados pelo Instituto Socioambiental, disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/processo-n-19996002001074-1-acao-de-reintegracao-de-posse-movida-por-jacintho> (acessado em 29/03/2022).
- 136** O procurador também notou que um juiz ordenou a detenção de um indígena que atacou policiais após o assassinato de seu filho no que ficou conhecido como "Massacre do Caarapó": "Como que, nesse caso, o juiz ordenou a prisão, enquanto que Rodriguinho foi solto? Foi o mesmo juiz?". (ver o trecho sobre a cadeia de suprimentos da Coamo). Alguns especialistas apontaram o racismo estrutural no Brasil como forma de explicar as discrepâncias entre as decisões judiciais que impactam indígenas e não-indígenas. Ver Le Monde Diplomatique, "Massacre de Caarapó: Produtores rurais soltos, liderança indígena presa", 14/06/2021, disponível em <https://diplomatique.org.br/massacre-de-caarapo-produtores-rurais-soltos-lideranca-indigena-presa/> (acessado em 09/03/2022).
- 137** Ver, por exemplo, a coluna de opinião publicada no ano passado pela Associação Brasileira de Produtores de Soja (Aprosoja) defendendo que comunidades indígenas já controlam grandes áreas e que novas demarcações de terras indígenas, lideradas por antropólogos com "princípios subjetivos e unilaterais", serão uma "tragédia" para o agronegócio. Glauber Silveira, "Marco temporal é fundamental para crescimento do país", 31/08/2021, disponível em <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/2021/08/31/opinioao-marco-temporal-e-fundamental-para-o-crescimento-do-pais/> (acessado em 30/03/2022).
- 138** Além do argumento do marco temporal, o lobby do agronegócio no Congresso brasileiro, conhecido como bancada ruralista, boicotou propostas que visavam solucionar os conflitos em terras indígenas, como a proposta de emenda à Constituição que permitiria que fazendeiros com títulos de propriedade legítimos fossem compensados financeiramente por terras demarcadas depois de outubro de 2013. Alega-se que nos últimos 20 anos todos os governos federais mantiveram laços de proximidade com o lobby do agronegócio, o que resultou na subordinação da causa indígena a interesses ruralistas e de expansão da produção de commodities. Ver Anderson de Souza Santos, Luiz Henrique Eloy Amado e Dan Pasca (2021), "É muita terra para pouco índio? Ou muita terra na mão de poucos? Conflitos fundiários no Mato Grosso do Sul", Instituto Socioambiental, disponível em https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/conflitos_fundiarios_no_ms_-_versao_final_1.pdf (acessado em 30/03/2022).
- 139** Supremo Tribunal de Justiça, "Destaques da pauta do plenário – 1º semestre de 2022", pp.14, disponível em <https://www.conjur.com.br/dl/pauta-stf-primeiro-semester1.pdf> (acessado em 10/03/2022).
- 140** Tonico Benites é professor visitante e pesquisador na Universidade de Roraima.
- 141** Sabidamente, foi em Dourados, Mato Grosso do Sul, pouco antes de uma reunião com fazendeiros, quando ainda era candidato, que ele fez tal promessa. Ver De Olho nos Ruralistas, "Nem um centímetro a mais para terras indígenas", diz Bolsonaro", 08/02/2018, disponível em <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/02/08/nem-um-centimetro-mais-para-terras-indigenas-diz-bolsonaro/> (acessado em 30/03/2022). Bolsonaro se esforçou para liberar as terras indígenas para mineração e agronegócio. Ver The Brazilian Report, "Government pushes for mining in indigenous land", 03/03/2022, disponível em <https://brazilian.report/liveblog/2022/03/03/mining-indigenous-ukraine-russia/> (acessado em 09/03/2022); Reuters, "Brazil's Bolsonaro hands indigenous land decisions back to farm sector", 20/06/2019, disponível em <https://www.reuters.com/article/us-brazil-politics-indigenous-idUSKCN1TK370> (acessado em 09/03/2022).
- 142** Em abril de 2020, a FUNAI adotou uma norma autorizando proprietários de terra a ocupar, comprar e vender propriedades privadas dentro de territórios indígenas que ainda não tivessem completado o processo de demarcação. Isso significou que a Takuara e outros 236 territórios indígenas do Brasil, já reconhecidos pela FUNAI mas que ainda aguardam a demarcação, ficaram vulneráveis à invasão de fazendeiros e grileiros. A medida foi revogada por tribunais federais em 13 estados, mas a corte no Distrito Federal responsável pelo Mato Grosso do Sul manteve a norma. Curiosamente, o juiz que determinou

a manutenção da nova norma da FUNAI é o mesmo que autorizou o despejo dos Guarani Kaiowá da Takuara em 2016. Ver De Olho nos Ruralistas, "Medida que reduz proteção a terras indígenas foi articulada por Nabhan Garcia", 28/04/2020, disponível em <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/04/28/medida-que-reduz-protexao-a-terras-indigenas-foi-articulada-por-nabhan-garcia/> (acessado em 11/04/2022); CIMI, "Após denúncia do Cimi e ação do MPF, normativa da Funai que facilita grilagem de terras indígenas é suspensa no Maranhão", 25/02/2022, disponível em <https://cimi.org.br/2022/02/normativa-funai-grilagem-suspensa-maranhao/> (acessado em 11/04/2022); Funai, "Instrução Normativa nº 9/2020 da Funai é validada em toda a jurisdição do TRF3 (Mato Grosso do Sul e São Paulo)", 28/06/2021, disponível em <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2021/instrucao-normativa-no-9-2020-da-funai-e-validada-em-toda-a-jurisducao-do-trf3-mato-grosso-do-sul-e-sao-paulo> (acessado em 11/04/2022); ISA, "Despejo de comunidade Guarani Kaiowá pode ocorrer durante visita de relatora da ONU", 14/03/2016, disponível em <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/161844> (acessado em 11/04/2022).

143 Em Junho de 2021, mais de 1000 indígenas de diferentes partes do Brasil se reuniram em Brasília para um ato contra a FUNAI. Os manifestantes enfatizaram que a FUNAI está passando por um dos piores períodos de sua história e vem falhando em proteger e promover os direitos indígenas. Ver Apib, "Public letter from Brazilian indigenous peoples about Funai", 16/06/2021, disponível em <https://apiboficial.org/2021/06/16/public-letter-from-brazilian-indigenous-peoples-about-funai/?lang=en> (acessado em 09/03/2022); The Guardian, "Bolsonaro pick for Funai agency horrifies indigenous leaders", 21/07/2019, available at <https://www.theguardian.com/world/2019/jul/21/bolsonaro-funai-indigenous-agency-xavier-da-silva> (acessado em 09/03/2022); DW, "Jair Bolsonaro's stance on indigenous people is 'discriminatory and racist'", 04/01/2019, disponível em <https://www.dw.com/en/jair-bolsonaros-stance-on-indigenous-people-is-discriminatory-and-racist/a-46959983> (acessado em 09/03/2022).

144 Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, "Unprecedented: APiB denounces Bolsonaro before the ICC, in the Hague, for indigenous genocide", 09/08/2021, disponível em <https://apiboficial.org/2021/08/09/unprecedented-apib-denounces-bolsonaro-before-the-icc-in-the-hague-for-indigenous-genocide/?lang=en> (acessado em 30/03/2022).

145 Tem sido relatado que a violência contra povos indígenas se agravou desde o início do governo Bolsonaro. Apenas em 2019, sete líderes indígenas foram mortos no país, a maior taxa de assassinatos em 10 anos. Ver Greenpeace Brasil, "Assassinatos de lideranças e violência no campo crescem em 2019", 17/04/2020, disponível em <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/assassinatos-de-liderancas-indigenas-camponesas-e-violencia-no-campo-crescem-em-2019/> (acessado em 30/03/2022).

146 O estado repete as mesmas alegações de que nenhuma comunidade indígena vivia na Takuara no período em que ela foi vendida. Também argumenta que reconhecer a Takuara como terra Guarani Kaiowá significaria "a perda de parte de seu território e, como consequência, da arrecadação de impostos". Ver Diário de Justiça Eletrônico (DJe) nº 141, Medida Cautelar na Ação Cautelar 2.641 (532), 30/06/2010, pp. 85-88, disponível em https://www.stf.jus.br/arquivo/djEletronico/DJE_20100730_141.pdf (acessado em 12/04/2022). O estado do MS também alega que a FUNAI estava tentando forçá-lo a arcar com os custos de indenização da família Jacintho – o que permitirá ao governo adquirir a propriedade e demarcá-la em favor dos Guarani Kaiowá – já que, de acordo com a FUNAI, foi a venda ilegal da terra pelo Mato Grosso nos anos 1920 que levou ao despejo ilegal da comunidade. O estado do Mato Grosso do Sul herdou a região quando foi criado nos anos de 1970 após divisão do Mato Grosso em dois estados.

147 Ver pp. 344-355 da coleção de documentos legais relacionados à Takuara publicados pelo Instituto Socioambiental, disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/processo-n->

19996002001074-1-acao-de-reintegracao-de-posse-movida-por-jacintho (acessado em 29/03/2022).

148 De Olho nos Ruralistas "MS tem 1.351 hectares por político e apenas 1 hectare para cada Guarani Kaiowa", 08/10/2018, disponível em <https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoms/2018/11/08/ms-tem-1-351-hectares-para-cada-politico-e- apenas-1-hectare-para-cada-guarani-kaiowa/> (acessado em 9/03/2022); Valor Econômico, "Estudos para definir áreas indígenas no MS geram polêmica", 15/08/2008, disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/488712/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y> (acessado em 09/03/2022).

149 A Constituição de 1988 previa que o governo federal levaria cinco anos para demarcar todas as terras indígenas do país. Nos últimos 30 anos, estima-se que apenas 37% a 39% de todas as terras indígenas reconhecidas pela FUNAI tenham sido demarcadas. Ver Anderson de Souza Santos, Luiz Henrique Eloy Amado and Dan Pasca (2021), "É muita terra para pouco índio"? Ou muita terra na mão de poucos? Conflitos fundiários no Mato Grosso do Sul", Instituto Socioambiental, disponível em https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/conflitos_fundiarios_no_ms_-_versao_final_1.pdf (acessado em 30/03/2022).

150 O uso intensivo de agrotóxicos próximo a comunidades indígenas é um tema recorrente em conversas com lideranças indígenas da região. Eles acreditam que fazendeiros deliberadamente fumegam pesticidas e agentes químicos sobre comunidades para aterrorizar seus habitantes. Eles descrevem inúmeros casos de crianças adoecendo, com dores no estômago, diarreia, olhos e garganta coçando, assim como casos de lavouras tradicionais sendo perdidas, além de fontes de água sendo contaminadas. Ver também Tab Uol, "Agrotóxico é usado como "arma química" contra aldeias indígenas em MS", 21/02/2022, disponível em <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2022/02/21/agrotoxico-e-usado-como-arma-quimica-contra-aldeias-indigenas-em-ms.htm> (acessado em 09/03/2022).

151 Tab Uol, "Agrotóxico é usado como "arma química" contra aldeias indígenas em MS", 21/02/2022, disponível em <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2022/02/21/agrotoxico-e-usado-como-arma-quimica-contra-aldeias-indigenas-em-ms.htm> (acessado em 9/03/2022).

152 Eliel Benites é professor de Ciência da Natureza na Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal de Grande Dourados.

153 Para uma discussão mais detalhada sobre o assunto dos suicídios entre jovens Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul veja Sonia Grubits et al "Suicídios de jovens Guarani/Kaiowa de Mato Grosso do Sul, Brasil", Psicologia: ciência e profissão, 22/10/2021, disponível em <https://www.scielo.br/j/pcp/a/CjBM5HwRpfBcNz56YCZfkHy/?lang=pt> (acessado em 09/03/2022).

154 Peralta também é antropólogo social na Universidade Federal de Grande Dourados. Fontes entrevistadas para esse relatório também mencionaram as formas como os Kaiowá tentam manter contato com locais considerados sagrados e com suas vidas espirituais. O antropólogo Pereira contou à nossa equipe que "é muito comum os Guarani Kaiowá se envolverem em expedições clandestinas pelas fazendas, o que é motivado pela necessidade de manter contato com os "Jara", os seres que habitam a natureza. Essas incursões geram muita tensão com os proprietários de terra". Pereira também contou que os Kaiowá frequentemente buscam trabalho nessas fazendas como forma de manter suas conexões com o que é sagrado para eles.

155 Veja também G1 MS, "Vídeo: Casa de reza indígena é incendiada com crianças e idosos; liderança suspeita de ataque criminoso", 30/12/2021, disponível em <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2021/12/30/video-casa-de-reza-indigena-e-incendiada-com-criancas-e-idosos-em-ms-e-lideranca-suspeita-de-incendio-criminoso.ghtml> (acessado em 10/03/2022).

